

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Adriana Dias Siemionko

**A PERCEPÇÃO DA INCORPORAÇÃO DOS RISCOS
SOCIOAMBIENTAIS NA ANÁLISE DE CRÉDITO SOB O
OLHAR DO PÚBLICO INTERNO DO BANCO LISA.**

Porto Alegre

2010

Adriana Dias Siemionko

**A PERCEPÇÃO DA INCORPORAÇÃO DOS RISCOS
SOCIOAMBIENTAIS NA ANÁLISE DE CRÉDITO SOB O
OLHAR DO PÚBLICO INTERNO DO BANCO LISA.**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Curso de Graduação em
Administração da Universidade Federal do
Rio Grande do sul como requisito para a
obtenção do título de bacharel em
Administração.

Prof. Orientador: Dr. Luis Felipe Nascimento
Tutora Orientadora: Marília B. Bossle

Porto Alegre

2010

Adriana Dias Siemionko

**A PERCEPÇÃO DA INCORPORAÇÃO DOS RISCOS
SOCIOAMBIENTAIS NA ANÁLISE DE CRÉDITO SOB O
OLHAR DO PÚBLICO INTERNO DO BANCO LISA.**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentada ao Curso de Graduação em
Administração da Universidade Federal do
Rio Grande do sul como requisito para a
obtenção do título de bacharel em
Administração.

Aprovado em de Dezembro de 2010.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.

Prof.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que me guia para trilhar este caminho e chegar ao final.

Agradeço aos meus pais que sempre me apoiaram na minha trajetória.

Agradeço ao meu companheiro Carlos Elias, pela compreensão e incentivo.

Agradeço aos colegas de turma e aos amigos, por todo tipo de ajuda. Aos professores e coordenadores da turma Lilian Weber e Ricardo Grings. Aos tutores pela atenção e disponibilidade em ajudar. Agradeço em especial ao meu orientador acadêmico, Prof. Dr. Luis Felipe Nascimento e a tutora orientadora Marília Bonzanini Bossle, pelas ricas contribuições na produção deste trabalho. Agradeço também aos colegas do Banco do Brasil pela colaboração na pesquisa. Por fim, agradeço à instituição Banco do Brasil, na figura de seus dirigentes, por viabilizar junto a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, este curso de Graduação em Administração na modalidade a distância, através do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Sendo todas as coisas causadas e causadoras, ajudadas ou ajudantes, mediatas e imediatas e sustentando-se todas por um elo natural e insensível que une as mais distantes e as mais diferentes, considero ser impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, tampouco conhecer o todo sem conhecer as partes.

Blaise Pascal
*Filósofo, físico, matemático e escritor francês
(1623-1662)*

RESUMO

As Finanças Sustentáveis surgem da necessidade do desenvolvimento de produtos e serviços bancários fundamentados na sustentabilidade dos negócios, que engloba o tripé sustentável econômico, social e ambiental. Para as instituições financeiras ignorar os padrões de responsabilidade socioambiental, significa incorporar riscos ambientais e sociais seus e de seus clientes, que acentuam a exposição aos riscos de crédito e de reputação. O objetivo deste trabalho é compreender a incorporação dos riscos socioambientais na análise de crédito e saber como o público interno do Banco Lisa percebe esse processo à luz da Responsabilidade Socioambiental e dos Princípios da Sustentabilidade. Para delinear a percepção do público interno, foi necessário: (i) identificar quais os riscos ambientais que pautam a análise de crédito; (ii) investigar se o Banco Lisa dissemina sua Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental até os níveis operacionais; (iii) e demonstrar qual a percepção do público interno do Banco Lisa com relação ao alinhamento dos critérios socioambientais ao processo de análise de crédito da empresa. A concretização da pesquisa contempla a abordagem quantitativa, a metodologia descritiva e o método *survey* ou levantamento. Além, da revisão bibliográfica para buscar uma melhor fundamentação teórica da pesquisa. Os principais resultados encontrados evidenciam que a empresa em estudo, não consegue permear a sustentabilidade empresarial por toda organização, pois os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental que sedimentam a gestão ambiental, através dos instrumentos da política e do balanço socioambiental não são incentivados pela organização ou a mesma, não oferece mecanismos para a gestão do conhecimento em sustentabilidade e a extensão dessas informações aos cargos mais periféricos da agência do segmento varejo. Desta forma, não se pode afirmar que existe uma total conscientização e engajamento socioambiental dos funcionários pesquisados.

Palavras-chave: bancos, finanças sustentáveis, gestão ambiental, sustentabilidade, responsabilidade socioambiental, risco socioambiental.

RESUMEN

Las Finanzas Sostenibles surgen de la necesidad de desarrollar productos y servicios bancarios basados en la sostenibilidad del negocio, que incluye el trípode sustentable económico, social y ambiental. Para las instituciones financieras ignorar las normas de responsabilidad social y ambiental, mediante la incorporación de los riesgos ambientales y sociales suyos y de sus clientes, destacando la exposición al riesgo de crédito y reputación. El objetivo de este trabajo es comprender la incorporación de los riesgos sociales y ambientales en el análisis de crédito y cómo el público interno del Banco Lisa percibe ese proceso a la luz de los Principios de Responsabilidad Ambiental y Sostenibilidad. Para delinear la percepción del público interno, fue necesario: (i) identificar cuáles los riesgos ambientales que integran el análisis de crédito; (ii) investigar si el Banco Lisa extiende su Política de Sostenibilidad y Responsabilidad Medioambiental a los niveles operativos; (iii) y demostrar cuál es la percepción del público interno del Banco Lisa a respecto de la comprensión de la incorporación de los criterios sociales y ambientales al proceso de análisis de crédito de la empresa. La realización de la encuesta incluye un enfoque cuantitativo, la metodología descriptiva y el método *survey*. Además, la revisión de la literatura para buscar una mejor investigación teórica. La conclusión principal fue que la empresa objeto de estudio no puede penetrar con la sostenibilidad empresarial en toda la organización, como los principios de la sostenibilidad y la responsabilidad ambiental que son la consolidación de la gestión ambiental, los instrumentos de la política y el equilibrio social y ambiental no son estimulados por la organización o la misma no proporciona mecanismos para la gestión del conocimiento en la sostenibilidad y el alcance de la información a las posiciones más periféricas de la agencia. Así no se puede decir que existe una total tomada de consciencia y compromiso social y ambiental total de los empleados que participaron de la encuesta.

Palabras clave: los bancos, las finanzas sostenibles, gestión ambiental, la sostenibilidad, la responsabilidad social y ambiental, riesgo social y ambiental.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Riscos para as instituições financeiras.....	21
Figura 2 -	Risco ambiental e demais riscos das instituições financeiras.....	23
Gráfico 1 -	Composição do quadro de funcionários por idade.....	36
Gráfico 2 -	Composição do quadro de funcionários participantes da pesquisa por idade.....	36
Gráfico 3 -	Composição do quadro de funcionários por tempo de serviço.....	36
Gráfico 4 -	Composição do quadro de funcionários participantes da pesquisa por tempo de serviço.....	36
Gráfico 5 -	Relação do tempo de empresa com a resposta SIM nas perguntas sobre a percepção da responsabilidade socioambiental,.....	37
Gráfico 6 -	Composição do quadro de funcionários por gênero.....	38
Gráfico 7 -	Composição do quadro de funcionários por cargo.....	38
Gráfico 8 -	Estratificação de funcionários que não conhecem a Política de Sustentabilidade por tempo de serviço.....	40
Gráfico 9 -	Estratificação de funcionários que não conhecem a Política de Sustentabilidade por cargo exercido.....	40
Gráfico 10 -	Percepção dos funcionários pesquisados, da atuação do Banco Lisa na condução de projetos de cunho ambiental junto à comunidade e/ou parceiros com quem o banco se relaciona na comunidade local.....	43
Gráfico 11 -	Posicionamento quanto a suficiência das práticas socioambientais.....	44
Gráfico 12 -	Nível de percepção da dimensão ambiental na análise de crédito.....	45
Gráfico 13 -	Nível da não percepção da dimensão ambiental na análise de crédito por cargo.....	46
Gráfico 14 -	Nível da percepção da dimensão ambiental na análise de crédito por cargo.....	46
Gráfico 15 -	Percepção das dificuldades no processo de liberação do crédito por tempo de serviço.....	48
Gráfico 16 -	Percepção do risco de reputação.....	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Tipos de <i>stakeholders</i>	26
Tabela 2 -	Distribuição dos cargos por gênero dos funcionários pesquisados.....	39
Tabela 3 -	Detalhamento por cargo das respostas nas perguntas 2 e 3.....	41
Tabela 4 -	Percepção do risco de reputação por cargo.....	49

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	12
1	RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL.....	14
1.1	RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	15
1.1.1	Agenda 21, Unep-FI e o Protocolo de Kyoto.....	16
1.1.2	Protocolo Verde.....	17
1.1.3	Princípios do Equador.....	19
1.2	RISCOS SOCIOAMBIENTAIS E RISCOS DE CRÉDITO EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	20
1.2.1	A importância dos riscos ambientais para as instituições financeiras.....	22
1.2.2	O risco ambiental como oportunidade de negócio.....	23
1.3	A INCORPORAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE.....	25
1.3.1	Os stakeholders e a variável socioambiental.....	26
1.3.1.1	A política socioambiental.....	27
1.3.1.2	O balanço socioambiental.....	28
1.4	PERCEPÇÃO.....	28
1.4.1	A percepção ambiental.....	29
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	31
2.1	MÉTODO ESCOLHIDO E JUSTIFICATIVAS.....	31
2.2	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	31
2.3	A AMOSTRA DOS RESPONDENTES DO INSTRUMENTO DE PESQUISA.....	32
2.4	APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA.....	32
2.5	ANÁLISE DOS DADOS.....	33
3	RESULTADOS.....	34
3.1	CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE E DA POPULAÇÃO-ALVO DA PESQUISA.....	34
3.1.1	O Banco Lisa S.A.....	34
3.1.2	As agências do Banco Lisa S.A.....	35
3.1.3	A população-alvo da pesquisa.....	35
3.2	A PERCEPÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL.....	39
3.2.1	A importância da questão socioambiental.....	40
3.3	A PERCEPÇÃO DOS RISCOS AMBIENTAIS NA ANÁLISE DE CRÉDITO..	44

3.3.1	A incorporação dos riscos socioambientais na análise de crédito.....	46
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53
	APÊNDICES.....	57

INTRODUÇÃO

Há muito tempo, investigam-se as relações existentes entre degradação ambiental e crescimento econômico. Diante destas circunstâncias surge a ideia do desenvolvimento sustentável como um meio de conciliar o desenvolvimento econômico e social, associado à preservação ambiental e ao uso racional dos recursos (CMMAD, 1988). Para Nascimento *et al* (2008, p. 186) a questão socioambiental tem assumido proporções estratégicas nas organizações. A prática de ações de responsabilidade socioambiental é vista pelo mercado como uma forma inovadora de diferenciar-se das demais organizações ou de criar vantagens competitivas em mercados saturados e de concorrência sem fronteiras (NASCIMENTO; LEMOS; MELLO, 2008).

Para o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o termo desenvolvimento sustentável determina o quanto uma sociedade ou um processo de desenvolvimento consegue a satisfação das necessidades, sem comprometer o capital natural e sem afetar o direito das gerações futuras de verem atendidas as suas necessidades e também de poderem herdar um planeta sadio com seus ecossistemas preservados. Segundo Silva (2005, p.11),

a construção histórica do conceito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável está vinculada ao incremento da preocupação com a manutenção da existência de recursos naturais em um ambiente propício para a continuidade das gerações futuras, rediscutindo o ritmo e a forma como o sistema capitalista propunha o desenvolvimento das sociedades.

A sustentabilidade é um conceito vinculado ao progresso econômico e social, entretanto, somente nos últimos anos responsabilidade socioambiental passou a ser assimilada pelas instituições financeiras, através da análise de risco socioambiental (MATTAROZZI; TRUNKL, 2008). As instituições financeiras desempenham funções fundamentais para viabilizar qualquer tipo de crescimento, canalizando os recursos financeiros necessários aos investimentos. Dessa forma, elas não exercem atividades potencialmente poluidoras, mas possuem uma responsabilidade indireta, à medida que, proporcionam investimentos para o aumento da produção e do consumo.

Para acompanhar essas exigências, no Brasil, o governo federal criou o Protocolo Verde, instrumento criado para induzir os bancos e os órgãos públicos a incorporar a questão ambiental como critério de análise de concessão de créditos e benefícios fiscais (PROTOCOLO VERDE, 1995). Esta nova postura obrigou os bancos a adotarem formas de

avaliar e controlar os riscos e os impactos das suas atividades sobre o meio ambiente, através de políticas de concessão de crédito e linhas de financiamentos voltadas para a responsabilidade social, além de buscarem a adequação à legislação e às normas vigentes. A verificação de licenças e os estudos de impactos ambientais dos empreendimentos passaram a fazer parte daquele cenário e são exemplos de critérios avaliados na concessão de crédito pelas instituições financeiras.

O setor financeiro deve estabelecer instrumentos de controle ambiental para atender aos preceitos constitucionais e infraconstitucionais que regulam a ordem econômica e controlam a qualidade ambiental. Recentemente os critérios para concessão de crédito passaram a avaliar também os riscos e custos socioambientais. E como os bancos constantemente identificam pontos de convergência entre as demandas da sociedade e as suas disponibilidades e interesses. Viu-se a necessidade de delinear como é o entendimento do público interno da instituição financeira Lisa, quanto à disseminação da política de responsabilidade socioambiental e à inclusão dos riscos ambientais e sociais na análise de crédito. Para demonstrar o comprometimento da empresa com as questões ambientais relevantes. Assim sendo, estabelece-se a seguinte questão de pesquisa: Quais as percepções do público interno do Banco Lisa quanto a sua política de sustentabilidade e a incorporação dos aspectos socioambientais na concessão de crédito?

Esta pesquisa tem como objetivo compreender a incorporação dos riscos socioambientais na análise de crédito e saber como o público interno percebe esse processo a luz da Responsabilidade Socioambiental (RSA) e dos Princípios da Sustentabilidade. Para isto, será necessário: (i) identificar quais os riscos ambientais que pautam a análise de crédito; (ii) investigar se o Banco Lisa dissemina sua Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental até os níveis operacionais; (iii) e demonstrar qual a percepção do público interno do Banco Lisa com relação ao alinhamento dos critérios socioambientais ao processo de análise de crédito da empresa.

No sistema financeiro brasileiro, cada vez mais se percebe o aumento do interesse pela adoção de princípios ambientais. Para tanto, esta pesquisa aborda os conceitos da RSA e a Análise de Risco Socioambiental analisando a visão dos funcionários atuantes no ambiente das agências do segmento varejo. Para perceber a incorporação do risco ambiental na concessão de crédito, será dada a seqüência aos estudos sobre a responsabilidade socioambiental das instituições financeiras. O primeiro capítulo apresentará a revisão da literatura. A seguir, no segundo capítulo, serão apresentados os procedimentos metodológicos, no terceiro capítulo, a análise e apresentação dos resultados, e por fim as considerações finais.

1 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A responsabilidade socioambiental diz respeito à preocupação das empresas com as repercussões e implicações de suas práticas empresariais e atividades negociais na sociedade e no meio ambiente. A empresa, socioambientalmente responsável é aquela que incorpora em sua estratégia o compromisso de gerar resultados para seus *stakeholders*, sem comprometer os interesses da sociedade e sem degradar o meio ambiente. Segundo Nascimento *et al* (2008, p. 102 e 104), *stakeholders* são pessoas e grupos capazes de influenciar ou ser influenciados pelos resultados estratégicos alcançados. Portanto, é cada vez mais importante que os *stakeholders* e seus interesses sejam conhecidos, avaliados, considerados e tratados com o maior respeito na formulação do plano estratégico da organização e na implementação da gestão socioambiental estratégica.

Considerando as relações de interação entre a empresa e o ambiente, o ambiente interfere e ajuda a determinar as decisões organizacionais e estas, ao mesmo tempo, afetam o meio ambiente. Para Donaire (2009, p. 21), as atividades das organizações afetam as condições da comunidade onde se localizam e a espécie de civilização urbana que ela possui.

Para Nascimento *et al* (2008) e Donaire (2009), as organizações devem ser consideradas como sistemas abertos, que se relacionam intimamente com suas fronteiras internas e externas. As características organizacionais apresentam um complexo de inter-relacionamento entre si e com as características ambientais, formando um sistema dinâmico na busca de um objetivo, na qual fornece entradas e saídas (informação, energia, ou matéria) processadas. Corroborando, Silva (2005, p. 37), defende que o desenvolvimento sustentável deve ser discutido com base nas delimitações das suas dimensões com a finalidade de avaliar suas inter-relações internas e externas como um sistema adaptativo complexo, cujas transformações ocorrem com o passar do tempo e de modificar definitivamente a sociedade.

Dentro deste sistema aberto e dinâmico, desponta o conceito da sustentabilidade, como uma visão de que é possível aliar desempenho socioambiental e desempenho econômico. Desta forma, uma atuação empresarial sustentável ocorre através de práticas economicamente viáveis, socialmente justas, ecologicamente corretas, culturalmente aceitas e integradas ao ambiente social do qual participa.

Os crescentes problemas socioambientais e a propagação da ideia de co-responsabilização de diferentes atores sociais na busca de soluções, em todo o mundo, têm exigido do sistema financeiro mais comprometimento com o desenvolvimento sustentável.

Para Tosini, (2006 e 2010) e Tosini *et al*, (2008) o fato de a indústria bancária possuir a capacidade de gerar crédito sem acumulação prévia de capital faz com que as instituições financeiras desempenhem papel fundamental na promoção do desenvolvimento de qualquer segmento da economia, e pode ser também uma grande alavanca para o financiamento do desenvolvimento sustentável.

1.1 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

No contexto social, as instituições financeiras são importantes agentes da circulação de riqueza nas modernas economias de mercado e o sistema financeiro engloba a obtenção de recursos e a sua aplicação. No Brasil, o papel desempenhado pelas instituições financeiras é fundamental para viabilizar qualquer tipo de crescimento, uma vez que elas funcionam como canalizadoras dos recursos financeiros necessários aos investimentos (BANCO MUNDIAL, 2010). Inicialmente, a preocupação das instituições financeiras com as questões ambientais ocorreu como forma de evitar a responsabilização legal por danos ambientais produzidos por bens que eram recebidos como garantia de empréstimos (UNIVERSIDADE CORPORATIVA BANCO LISA, 2009a).

Para as instituições financeiras, a gestão dos aspectos socioambientais em conjunto com a gestão econômico-financeira, deve fazer parte da análise integrada de riscos. Neste cenário, as Finanças Sustentáveis referem-se à incorporação de parâmetros e critérios associados à sustentabilidade no processo de tomada de decisão das instituições financeiras, visando à geração de bons resultados sustentáveis compartilhados, entre o banco, o cliente, a sociedade e o planeta (THAME, 2008b).

No Brasil, desde 1981, com a publicação da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente¹ (BRASIL, 1981), a ideia geral de que o desenvolvimento econômico e social deve ser compatibilizado com a proteção do meio ambiente (MATTAROZZI; TRUNKL, 2007). Em 1995, o governo federal lança o Protocolo Verde, para evitar o emprego dos recursos das instituições financeiras governamentais em projetos que causem prejuízos ao meio ambiente, introduzindo no contexto brasileiro o risco ambiental. Em 2003, destaque para os chamados

¹ Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Princípios do Equador, com diretrizes sócio-ambientais para o financiamento de projetos, adotado por vários bancos privados. Em escala internacional, em 1992 é adotada a Agenda 21 Global, que entre outros, trata dos recursos e meios de financiamento para a viabilização do desenvolvimento sustentável. Também em 1992, a partir da Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (*United Nations Environment Programme Finance Initiative – Unep-FI*), foi criado um fórum mundial de finanças. E em 1997, outra vertente importante a ser considerada, é o Protocolo de Kyoto, que surge como consequência de várias discussões entre os países industrializados, é um acordo internacional pelo qual os países industrializados se comprometeram a reduzir as emissões.

Nos subcapítulos seguintes serão detalhados os principais acontecimentos relacionados ao macroambiente, tanto no cenário nacional como internacional, que intensificaram as discussões ambientais e uma conscientização para com os efeitos ou impactos ambientais, decorrentes da ação do homem no ambiente natural.

1.1.1 Agenda 21, Unep-FI e o Protocolo de Kyoto

A Agenda 21 (ou agenda para o século XXI) reúne um amplo e importante conjunto de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Este instrumento de planejamento para a promoção do desenvolvimento sustentável contém um plano de ação que pode ser adotado em âmbito global, nacional e local, por governos, empresas, organizações não-governamentais e pela sociedade civil em geral e todas aquelas áreas que a ação humana exerce impacto sobre o meio ambiente.

A Agenda 21 Brasileira, atualmente possui 21 ações, que abrangem a produção e o consumo sustentáveis, a eco-eficiência, a responsabilidade social das empresas, a retomada do planejamento estratégico, a energia renovável e a biomassa, a universalização do saneamento ambiental, a inclusão social, a distribuição de renda, a promoção da agricultura sustentável, o controle do desmatamento, a qualidade da água das bacias hidrográficas e a modernização do Estado (UNIVERSIDADE CORPORATIVA BANCO LISA, 2009b). Segundo Nascimento *et al* (2008, p. 75), uma das importantes inovações da Agenda 21 Brasileira é que o objetivo comum não está restrito à preservação do meio ambiente, mas inclui o desenvolvimento sustentável ampliado e progressivo. Isso significa que ao conceito inicial foram agregadas

questões como a busca do equilíbrio entre crescimento econômico, equidade social e preservação ambiental (NASCIMENTO; LEMOS; MELLO, 2008).

Em 2004, o Banco Lisa publicou a sua Agenda 21 Empresarial, com um plano de ação em responsabilidade socioambiental abrangendo todas as áreas do banco em prol do desenvolvimento sustentável dos seus negócios e das comunidades em que atua (AGENDA 21 EMPRESARIAL BANCO LISA, 2004).

Em 1992, a partir da Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (*United Nations Environment Programme Finance Initiative – Unep-FI*), foi criado um fórum mundial de finanças, voltado para atender as conseqüências das considerações sociais e ambientais nas atividades financeiras, se tornou a principal referência global sobre finanças sustentáveis (MATTAROZZI; TRUNKL, 2008). O Unep-FI oferece acesso às informações sobre as práticas de investimento sustentáveis e promove a integração de todas as recomendações sobre aspectos ambientais para operações e serviços do setor financeiro.

Em 1994, o Unep-FI organizou a primeira mesa-redonda internacional de bancos comerciais para discutir questões sobre o meio ambiente no setor. Dentre as questões levantadas, destacam-se a necessidade de avaliação do risco ambiental no processo de concessão de crédito, oportunidades privadas e públicas de financiamento ambiental e a observância do desempenho ambiental.

E em dezembro de 1997, na cidade de Kyoto no Japão, a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, cria um instrumento internacional chamado Protocolo de Kyoto, como conseqüência de várias discussões entre os países industrializados para a redução das emissões. O Protocolo estabeleceu metas de redução das emissões para 38 países industrializados signatários da Convenção. Esses países deveriam assegurar a redução de suas emissões em pelo menos 5,2% sobre as medições realizadas em 1990, no período de 2008 a 2012. Porém, somente em fevereiro de 2005, um número suficiente de países ratificou o Protocolo de Kyoto para colocá-lo em vigor. Mas, com a sua elaboração foi criado o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), a partir do qual se formou o mercado de créditos de carbono.

1.1.2 Protocolo Verde

Em 1995, o Relatório do Grupo de Trabalho instituído pelo presidente da República, propôs o Protocolo Verde (PV) como principal instrumento de orientação às políticas públicas para o desenvolvimento sustentável, com o objetivo de elaborar propostas de diretrizes estratégicas e mecanismos operacionais, para a incorporação da variável ambiental no processo de gestão e concessão de crédito oficial e benefícios fiscais às atividades produtivas (ALIMONDA; LEÃO, 2005, p. 21). As seguintes instituições foram signatárias do documento: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária; Ministério da Fazenda; Ministério do Planejamento e Orçamento; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Banco Central do Brasil; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Banco do Brasil S.A.; Caixa Econômica Federal; Banco do Nordeste do Brasil S.A.; e Banco da Amazônia S.A. Em 1997, a Finep foi integrada ao grupo (PROTOCOLO VERDE, 1995).

A intenção do governo era implementar mecanismos que criassem sinergias entre as instituições financeiras e a legislação ambiental instituída pela Política Nacional do Meio Ambiente² (PNMA), em conjunto com as disposições legais³ que estavam sendo implementadas, de acordo com o Capítulo VI, art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988; ALIMONDA; LEÃO, 2005 p. 21). A PNMA, co-responsabiliza os bancos em caso de impactos ambientais decorrentes de empreendimentos financiados, pois eleva o financiamento e o crédito ao nível de instrumento de controle ambiental.

Em agosto de 2008, foi constituído um grupo de trabalho para avaliação e revisão do Protocolo Verde. O grupo foi formado por representantes do Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Integração Nacional, Ministério da Fazenda, Banco do Nordeste do Brasil, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, Banco da Amazônia, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Uma nova redação do PV defende que os bancos podem cumprir um papel indutor fundamental na busca de um desenvolvimento

² Lei 6.938, de 31/08/1981.

³ Danos ao meio ambiente (Lei 7.802, de 11/07/1989); Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605, de 12/2/1998); Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável através de organizações da sociedade civil de interesse público (Lei 9.790, de 23/3/1999); Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9.985, de 18/7/2000); Lei de Educação Ambiental e instituição da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795, de 27/4/1999).

sustentável que pressuponha a responsabilidade com a preservação ambiental em uma contínua melhoria no bem estar social.

Novamente, são previstos princípios: para o fomento ao desenvolvimento sustentável; a avaliação socioambiental dos tomadores de crédito; a eco-eficiência das práticas administrativas; a evolução das políticas e práticas voltadas à sustentabilidade; e a implantação de mecanismos de monitoramento e governança dos compromissos assumidos pelos signatários dos bancos públicos.

Com essa perspectiva pioneira, os bancos passaram a incorporar a dimensão ambiental nas suas atividades produtivas, isso ocasionou efeitos potencializadores para a mudança de comportamento dos tomadores de decisão e originou uma mudança para a nova cultura ambiental, no âmbito das instituições financeiras (PARREIRA; ALIMONDA, 2005).

1.1.3 Princípios do Equador

Criado em 2003 pelas instituições financeiras, em conjunto com o *International Finance Corporation* (IFC), braço financeiro do Banco Mundial, os Princípios do Equador são um conjunto de políticas e diretrizes socioambientais, de adesão voluntária, que devem ser observados pelos bancos signatários. Os Princípios do Equador são compostos de 10 itens (avaliações ambientais, proteção a habitats naturais, projetos em águas internacionais, gerenciamento de pragas, segurança de barragens, populações indígenas, reassentamento involuntário de populações, propriedade cultural, trabalho infantil, forçado ou escravo e saúde e segurança no trabalho), que consideram riscos sociais e ambientais na análise, elaboração e assessoramento de projetos estruturados sob a forma de *Project Finance*⁴. Em fevereiro de 2005, o Banco Lixa foi o primeiro banco oficial a integrar o grupo de instituições financeiras brasileiras que aderiu aos Princípios do Equador.

A adoção dos critérios socioambientais para concessão de crédito em projetos acima de 10 milhões de dólares na forma de projetos corporativos (*project finance*), é uma exigência

⁴ Operações de *project finance* são aquelas estruturadas com o intuito de dissociar os riscos relacionados a um projeto dos riscos de seus empreendedores. Trata-se de um método de financiamento no qual o credor visa principalmente às receitas geradas pelo projeto – seja uma implementação ou expansão - tanto como fonte de pagamento como garantia de crédito. O tomador, em geral, é uma sociedade de propósito específico e a amortização depende principalmente do fluxo de caixa do empreendimento (UNIVERSIDADE CORPORATIVA BANCO LISA, 2009).

dos Princípios do Equador e a extensão da análise de risco social e ambiental para todas as operações com pessoas jurídicas não é uma meta muito distante, já que as instituições financeiras adeptas dos PE possuem políticas de RSA e de gerenciamento do risco socioambiental (UNIVERSIDADE CORPORATIVA BANCO LISA, 2009b).

Os Princípios do Equador são mecanismos de auto-regulação aplicável ao sistema financeiro e ferramentas para a gestão ambiental de investimentos de grande porte. Os Princípios do Equador (PE) visavam somente à redução dos riscos de processos sociais e ambientais relacionados à concessão de crédito, porém a discussão evoluiu no sentido de abranger a responsabilidade socioambiental de todos, em prol da sustentabilidade do planeta. No Brasil, o cenário para a implantação dos PE envolve o mercado crescente de *Project Finance*, que implica em riscos socioambientais, de crédito e de imagem (TOSINI, 2006). Ainda para Tosini (2006), os PE têm potencial para promover a melhoria da gestão do risco ambiental entre os bancos.

1.2 RISCOS SOCIOAMBIENTAIS E RISCOS DE CRÉDITO EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Compreender o risco é a melhor ferramenta para a tomada de decisões. Por isso, é importante conhecê-lo, medi-lo e agir preventivamente procurando prever a probabilidade da ocorrência e a sua magnitude, para tentar evitar que os mesmos se materializem e causem externalidades negativas (THAME, 2008a). Como a administração de riscos é a essência do negócio financeiro, a incorporação da análise socioambiental como ferramenta de redução de incertezas começa a ter mais espaço dentro dessas instituições (UNIVERSIDADE CORPORATIVA BANCO LISA, 2009b).

Os riscos de crédito para as instituições financeiras são caracterizados, na opinião de Zampelini (2006, p. 24), como “incerteza imponderável e imprevisível situando-se no passado, mesmo assim as decisões de crédito devem considerar principalmente o futuro desse tomador, pois na verdade, o risco situa-se no futuro, no passado encontra-se apenas a história”.

A análise de risco socioambiental com conseqüente classificação dos clientes é o instrumento utilizado pelas instituições financeiras para mitigar seus riscos e simultaneamente estimular a responsabilidade socioambiental das empresas. Os riscos ambientais e sociais têm

correlação com os riscos econômicos e financeiros, isto é, eles interagem entre si e influenciam a posição dos clientes nos níveis de *scoring* e na atribuição das classes de *ratings* (THAME, 2010).

A Resolução 3.721/09 CMN/BACEN, de 04 de maio de 2009, determina que as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil implementem uma estrutura de gerenciamento do risco de crédito da instituição. Segundo Tosini (2006), o mercado de capitais responde diretamente ao desempenho ambiental das empresas. Assim, o impacto do risco ambiental sobre os ativos reflete diretamente nos resultados financeiros das instituições financeiras, podendo provocar perdas ou ganhos, em decorrência da variação nos preços dos ativos que compõem seus portfólios.

As instituições financeiras estão expostas a riscos diretos e indiretos produzidos pela sua atividade que podem traduzir prejuízos relevantes e até comprometer a saúde financeira e a continuidade dos negócios. Jorion (1997, p.160-287) *apud* Tosini (2006, p. 26), classifica o risco, para qualquer tipo de empresa, em:

- Risco do negócio;
- Risco estratégico;
- Risco financeiro.

O risco do negócio está associado à obtenção de vantagem competitiva e à valorização da empresa perante seus acionistas. Inerente a qualquer tipo de atividade econômica, surge das características do setor que a empresa atua, passando pela inovação tecnológica, *design* e *marketing*. Os riscos estratégicos resultam de mudanças fundamentais no ambiente político e estratégico. O risco financeiro está vinculado a perdas no mercado financeiro (TOSINI, 2006.)

De acordo com Duarte Jr. (2004) *apud* Tosini (2006), o risco está presente em qualquer operação do mercado financeiro. Risco é um conceito “multidimensional”, que cobre quatro grandes grupos de riscos: risco de mercado, risco legal, risco de crédito e risco operacional, conforme ilustrado na Figura 1, abaixo.

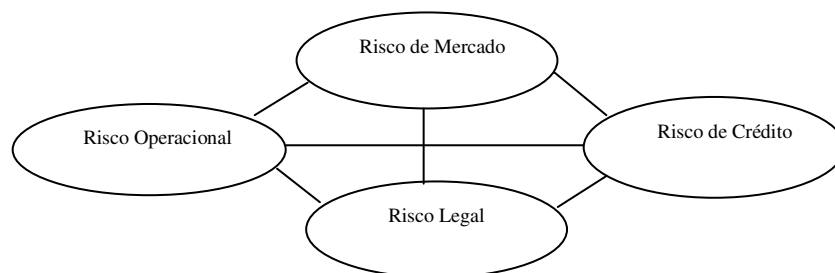


Figura 1: Riscos para as instituições financeiras
 Fonte: Duarte Jr. (2004) *apud* Tosini (2006)

Na visão de Duarte Jr. (2004) *apud* Tosini (2006), os problemas ambientais são abordados como mais uma modalidade de risco presente nesses quatro grupos. Podendo ser associado ao risco legal ou risco de legislação. Para Tosini (2006, p. 29), o risco ambiental pode ser definido como a medida de possíveis danos que uma atividade econômica pode causar ao meio ambiente.

1.2.1 A importância dos riscos ambientais para as instituições financeiras

As variáveis ambientais aliadas ao risco ambiental tornaram-se um componente importante do risco financeiro e a incorporação dos aspectos ambientais na concessão de crédito tem mais relevância quando comparada com outros setores, uma vez que as instituições financeiras têm um papel central no sistema econômico e de desenvolvimento.

Segundo Thompson (1998) e Tosini (2006), os riscos ambientais que os bancos se defrontam são: riscos diretos, indiretos e de reputação.

- Risco direto - São aqueles riscos que os bancos são responsáveis diretamente como poluidores, podem estar associados às suas próprias instalações, uso de papéis, equipamentos, energia, consumo de água;
- Risco indireto - Os bancos estão indiretamente ligados ao risco ambiental, pois as instituições financeiras que possuem um relacionamento como intermediador financeiro - no nível de pessoa jurídica e pessoa física – serão responsabilizados por danos ambientais causados por seus clientes.
- Risco de reputação - Também pode ser proveniente de aspectos ambientais e neste caso, está associado à forma como o dinheiro emprestado é utilizado, ou em que tipo de negócios o banco está investindo. A imagem dos bancos junto à sociedade é considerada um ativo, ou seja, parte de seu patrimônio e é importante para a instituição financeira preservá-la.

Correlacionando os quatro grandes riscos das instituições financeiras - de mercado, de crédito, legal e operacional - com os riscos ambientais, identificam-se as suas importâncias no processo financeiro e ainda podem causar impactos nos quatro tipos de riscos, como está exposto na Figura 2, abaixo.

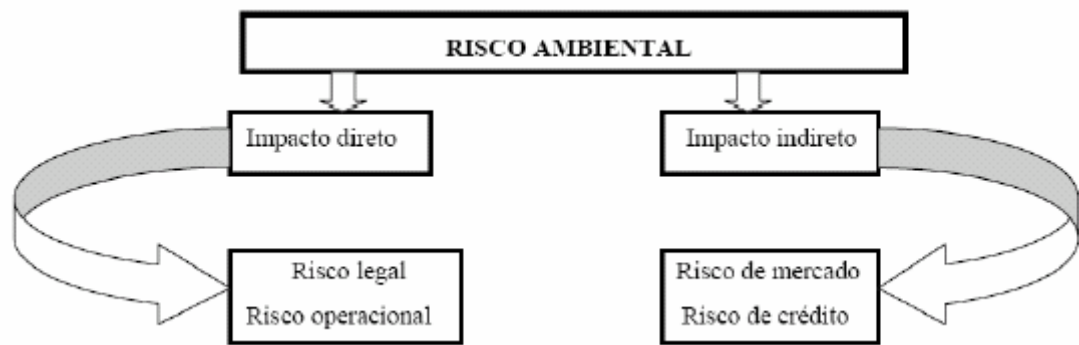


Figura 2: Risco ambiental e demais riscos das instituições financeiras
 Fonte: Tosini (2006)

Na atuação dos bancos, fica cada vez mais evidente a necessidade de desenvolverem também o papel de indutores do desenvolvimento sustentável. Isto pode ocorrer por meio da análise de seus produtos, principalmente em operações de crédito e investimentos, adotando critérios sociais e ambientais na análise de concessão do crédito e oferecendo linhas de crédito específicas e remodeladas para a atual necessidade. Ao incluir aspectos sociais e ambientais nos critérios para seleção das carteiras, as instituições financeiras passam indiretamente a induzir empresas a dedicarem-se a suas políticas de RSA (TOSINI *et al*, 2008).

1.2.2 O risco ambiental como oportunidade de negócio

O risco social e o ambiental impõem preocupações às empresas, fazendo com que elas reflitam sobre suas atividades, processos, produtos e serviços e considerem proveitoso disponibilizar, de forma sistemática e transparente, as informações sobre o seu comprometimento socioambiental. Segundo Thame (2007), os bancos são agentes de transformação e devem estar conscientes que se a economia no mundo não for reestruturada o progresso econômico não se sustentará.

Para a *Environmental Bankers Association* – EBA⁵, organização ligada ao sistema financeiro internacional, o ambiente não deve ser um fator de concorrência financeira. A EBA acredita que um ambiente saudável é a base para um sistema econômico forte e coletivo e, que

⁵ É uma associação comercial, sem fins lucrativos, que representa a indústria de serviços financeiros - bancos, instituições financeiras não-bancárias, seguradoras, firmas de gerenciamento de ativos e outras similares. A EBA foi criada, em 1994, em resposta à crescente sensibilidade às questões de risco ambiental e à necessidade de seu gerenciamento e devido às políticas e procedimentos de prudência e cuidados nas instituições financeiras. Fonte: <http://www.envirobank.org/>. Acesso em: 28 out. 2010.

assim, os benefícios serão maiores do que os ganhos individuais ou localizados em detrimento do meio ambiente.

Neste espírito a organização EBA preparou um livreto⁶, baseado no aprendizado adquirido em colaboração com outros grupos, incluindo a Unep-FI, já citada anteriormente. Este conteúdo aborda de forma proativa as questões ambientais, especialmente os riscos ambientais relacionados as instituições financeiras. A organização EBA identificou seis categorias que compõem uma definição de ambiente para um banco. São eles:

- Na gestão de risco - problemas ambientais, financeiros e a opinião pública negativa, podem impactar na reputação das instituições financeiras (elevando o risco de reputação), gerados por tomadores de crédito que podem não ter capacidade de liquidação dos débitos do financiamento de projetos de alto perfil ambiental;
- No financiamento da infra-estrutura ambiental – decorrente do financiamento ambiental de atividades como o abastecimento de água potável, tratamento de águas residuais, eliminação de resíduos sólidos e perigosos;
- Com relação as operações internas - podem incluir programas de utilização eficiente de energia, reciclagem, redução da utilização de recursos e a minimização de desperdícios, programas para educar e engajar funcionários, fornecedores e clientes;
- Na responsabilidade comunitária - diz respeito às atividades sociais. As instituições financeiras têm responsabilidade com as comunidades em que atuam e seu relacionamento com a comunidade, pode incluir atividades como participação em políticas públicas e trabalhos comunitários voluntários que trazem benefícios à coletividade;
- No *marketing* - os bancos podem usar causas ambientais para a comercialização dos seus serviços aos consumidores interessados em fazer negócios com empresas ambientalmente pró-ativas;
- No financiamento de produtos sustentáveis – abre-se um novo mercado para as instituições financeiras pode se abrir com o a necessidade de financiamento da indústria de produtos e serviços ambientais, particularmente para as novas tecnologias que podem ajudar a resolver problemas ambientais. Segundo a organização EBA, os bancos podem ter bons retornos financiando recuperação de

⁶ *Your Financial Institution and the Environment*

propriedades contaminadas (*brownfields*) ou o desenvolvimento de métodos produtivos inteligentes em novas plantas (*greenfield*).

As instituições financeiras devem aprimorar a sua gestão estratégica, de forma a incorporar tais categorias rumo a um cenário de incorporação da sustentabilidade nos processos de tomada de decisão.

1.3 A INCORPORAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

O debate sobre sustentabilidade encontrado na literatura está permeado de vários termos, mas percebe-se que ele ainda está em construção. Para Thame (2007), ele é um conceito amplo vinculado à eficiência econômica, à responsabilidade ambiental e à justiça social.

No setor financeiro, a sustentabilidade pode ser entendida como Finanças Sustentáveis e que está relacionada a ações de avaliação de risco socioambientais, atividades de microcrédito e de crédito responsável. No contexto corporativo, recebe a nomenclatura de gestão sustentável e o foco passa a ser o que a empresa está fazendo internamente, com relação ao uso consciente de energia, se está reutilizando a água, se está procurando reduzir a emissão de gases que causam o efeito estufa e outros, como o cuidado na seleção de fornecedores e como tratar os assuntos relacionados à diversidade entre os colaboradores.

A sustentabilidade corporativa diz respeito à forma de fazer negócios e o tipo de negócios que uma empresa pretende desenvolver. Ela abrange processos produtivos, relacionamento com *stakeholders* (partes interessadas), prestação de contas e compromissos públicos e requer uma disposição da alta administração para a quebra de paradigmas. Como, por exemplo, fazer uma análise estratégica de como a sustentabilidade está ou pode ser incorporada nos seus recursos internos e externos. Ao fazer isso, a empresa tem a visão da importância atribuída pelos seus *stakeholders* aos aspectos socioambientais.

Conforme Grisci; Bessi (2004, pag.6):

A nova configuração do trabalho demanda que o trabalhador seja mobilizado não apenas como objeto de trabalho, pois é chamado a ser também sujeito desse processo, sendo suas características pessoais, antes massificadas, agora tidas como fator competitivo para as empresas, no sentido de que, para se produzir o bem imaterial, é necessário construir o bem imaterial, que se constituem no desejo, opiniões, gosto das pessoas, ou seja, a construção do cliente.

Para Mattarozzi e Trunkl (2008), a incorporação da sustentabilidade nas instituições financeiras inicia-se por uma decisão estratégica de negócios. A partir daí é necessário disseminar o princípio da sustentabilidade por toda a estrutura da organização, por meio da implantação de políticas específicas e o desenvolvimento de um programa contínuo de capacitação dos funcionários, que garantam a efetividade da estratégia adotada.

1.3.1 Os *stakeholders* e a variável socioambiental

Dentro dos princípios da responsabilidade socioambiental, o microambiente de uma organização deve compreender os diversos *stakeholders* (grupos de interesses) nas suas várias dimensões do relacionamento. Estes grupos de interesse representam qualquer público que afeta a empresa ou que por ela é afetado através dos seus objetivos organizacionais. Para Nascimento *et al* (2008, p. 102) pode-se dividir os *stakeholders* em dois grandes grupos: externos e internos, conforme destacado na Tabela 1, abaixo. Público externo ou *stakeholder* externo é qualquer grupo que tenha um interesse real ou potencial, ou que interfira de alguma forma na capacidade da organização de alcançar seus objetivos, mas que está fora da organização. Os públicos internos de interesse ou *stakeholders* internos estão dentro da organização e fazem parte do ambiente interno.

Tabela 1: Tipos de *Stakeholders*

<i>Stakeholders</i> Externos	<i>Stakeholders</i> Internos
<ul style="list-style-type: none"> - cedentes de tecnologia, marcas e patentes; - clientes; - comunidade em que a empresa está operando; - parceiros; - fornecedores; - franqueados; - outros. 	<ul style="list-style-type: none"> - empregados; - acionistas; - sócios da empresa; - diretores; - voluntários; - estagiários.

Fonte: Adaptado de Costa (2002) *apud* Nascimento *et al* (2008).

Stakeholders diferentes tendem a ter visões divergentes sobre a gestão da sustentabilidade. Essa diferença de percepções aponta a necessidade de uma comunicação

melhor entre os grupos de *stakeholders* e a empresa (PURNOMO, MENDOZA *et al.*, 2005 tradução livre *apud* LYRA, 2010).

Para Nascimento *et al* (2008, p. 103), qualquer planejamento de uma organização deveria seguir a opinião e as conveniências dos acionistas (*shareholders*), pois eles são considerados os principais interessados no presente e no futuro da organização. Entretanto, com a evolução da sociedade, os acionistas já não são mais os únicos interessados nas organizações. Há vários outros tipos de instituições, associações e grupos de pessoas que também têm interesses e devem ser considerados no planejamento para que a organização alcance os seus objetivos (NASCIMENTO; LEMOS; MELLO, 2008).

Segundo Marques, (2006),

começam a ser discutidos conceitos como “corporação de *stakeholders*” e “capitalismo de *stakeholders*” e a inclusão dessas partes interessadas passa a ser considerada por alguns autores como a chave para o sucesso e a perenidade das empresas no Século 21. O envolvimento com os *stakeholders* é, por isso, um processo de partilha de informação e de aprendizagem com o objetivo de construir uma melhor compreensão sobre os temas e questões que o *stakeholder* valoriza e que estão diretamente relacionados com a atividade da empresa.

Com o objetivo de alcançar à eficiência operacional, com responsabilidade socioambiental, as empresas necessitam dispor também de funcionários capacitados e habilitados para exercer suas tarefas. Exige-se dos gestores desenvoltura para conciliação de demandas ambientais com as finalidades econômicas de suas organizações empresariais (TACHIZAWA, 2007).

1.3.1.1 A política socioambiental

Numa organização, a política ambiental deve estabelecer um roteiro para orientação, além de fixar os princípios para ação junto ao meio ambiente. Necessariamente deve estar disseminada em todas as áreas administrativas e operativas e também deve estar incorporada em todas as hierarquias (de baixo para cima e de cima para baixo), desde a alta administração até o operacional. Segundo Souza (2000, p. 16), a política socioambiental deve apresentar alguns elementos obrigatórios para a sua implementação: i) os objetivos e pressupostos devem revelar os motivos pelos quais a política deve ser implementada; ii) os instrumentos, tratam de como implementar a política para atingir os objetivos propostos; iii) e a definição dos aspectos institucionais, nomeia o responsável pela implementação.

1.3.1.2 O balanço socioambiental

O balanço socioambiental é uma publicação elaborada anualmente por uma empresa com o objetivo de divulgar suas ações de responsabilidade social e ambiental. A expressão ‘balanço socioambiental’ tem ganhado mais espaço do que a expressão ‘balanço social’, termo mais conhecido e mais antigo. O balanço deve transmitir a cultura organizacional, através da transparência, além da prestação de contas das suas atividades financeiras, sociais e ambientais. Para Souza (2000, p. 16), este documento deve explicitar a forma de gestão dos negócios, os resultados atingidos, os investimentos realizados e avaliar as projeções para o futuro. Na gestão socioambientalmente responsável, as empresas e principalmente as instituições financeiras podem valorizar a imagem institucional.

A política socioambiental e o balanço socioambiental são instrumentos que podem ser utilizados pela alta administração para permear o conceito de sustentabilidade por toda organização, conscientizando e engajando os colaboradores para a importância socioambiental. Nesse processo, pode-se explorar a percepção, como um sistema de formação de conceitos e busca de respostas sobre o meio, para a construção da realidade onde o indivíduo não seja um mero expectador.

1.4 PERCEPÇÃO

Segundo Machado (2007), a palavra percepção é formada pelo prefixo latino *per* – que indica “através de”, “por intermédio de” e *cepção*, do latim – *ceptio*, derivado do verbo *capere*, significa “tomar”, “agarrar”, “pegar”. Assim, percepção indica a ação de adquirir conhecimento de algo por meio dos sentidos comuns. A palavra percepção, no campo da aquisição de conhecimentos, liga-se a cognição, que é a operação do intelecto pela qual captamos dados e informações e os estruturamos (MACHADO, 2007).

Para Morin (2001, p. 20), todas as percepções são, ao mesmo tempo, traduções e reconstruções cerebrais com base em estímulos ou sinais captados e codificados pelos

sentidos. Em Tigre (2009), a percepção é considerada como um dos principais comportamentos recorrentes através do qual construímos nossa realidade.

Kevin Lynch e Gordon Cullen (1959) *apud* Tigre (2009), pioneiros no desenvolvimento dos estudos com base na percepção ambiental admitem que os atributos do meio ambiente – natural ou construído – influenciam no processo perceptivo, o que possibilita o reconhecimento das qualidades ambientais. Assim, é possível perceber o ambiente de várias maneiras, ou seja, indivíduos diferentes percebem um mesmo espaço de forma distinta.

1.4.1 A percepção Ambiental

Em Tigre (2009), a percepção ambiental pode ser definida como sendo uma tomada de consciência do ambiente pelo homem, ou seja, o ato de perceber o ambiente que se está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo. Segundo Faggionato (2010), o estudo da percepção ambiental é de fundamental importância para que possamos compreender melhor as inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas.

Uma pesquisa da Unesco (1973) *apud* Tigre (2009, p. 23), ressalta a importância do estudo da percepção ambiental para o planejamento das ações para com o meio ambiente. Diante da afirmação que indivíduos diferentes percebem um mesmo espaço de forma distinta, constata-se a existência de dificuldades para a preservação dos ambientes naturais, devido às diferentes percepções dos valores e da importância dos mesmos entre os indivíduos de diferentes culturas ou grupos sócio-econômicos e que desempenhem funções distintas na sociedade (TIGRE, 2009).

Para Del Rio (1996) *apud* Tigre (2009, p. 25),

a percepção é um processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que se dá através de mecanismos perceptivos propriamente ditos e principalmente, cognitivos. Os primeiros são dirigidos pelos estímulos externos, captados através dos cinco sentidos. Os segundos são aqueles que compreendem a contribuição da inteligência, admitindo-se que a mente não funciona apenas a partir dos sentidos e nem recebe essas sensações passivamente.

Corroborando com as ideias de Tigre (2009, p. 24), a consciência da responsabilidade socioambiental, é formada pela educação ambiental e pela capacidade de cognição dos julgamentos decorrentes da percepção no processo de inter-relacionamento entre o ser

humano e a natureza. Permitindo uma conscientização de que as suas ações sejam instrumentos de modificação do ambiente natural.

No próximo capítulo, será detalhado o método utilizado neste estudo e a forma como a pesquisa foi conduzida e como os dados coletados foram analisados, para verificar a percepção da incorporação dos riscos socioambientais na análise de crédito, através do público interno do Banco Lisa e conhecer suas opiniões a respeito desse tema.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta a descrição da metodologia utilizada para o desenvolvimento deste estudo e o atendimento dos objetivos geral e específicos. Serão apresentados: o instrumento de pesquisa escolhido; a amostragem dos respondentes da pesquisa; a forma como foi aplicada e como foram analisados os dados coletados através do instrumento de pesquisa.

2.1 MÉTODO ESCOLHIDO E JUSTIFICATIVAS

Para compor este estudo, tomaremos por base a abordagem quantitativa, a metodologia descritiva, e o método *survey* ou levantamento, para produzir descrições quantitativas de uma população, com o propósito de verificar se a percepção dos fatos está ou não de acordo com a realidade. Além da revisão bibliográfica para buscar uma melhor fundamentação teórica da pesquisa.

Segundo Collis e Hussey (2005, pág. 29), a abordagem quantitativa tentará mensurar variáveis ou fenômenos. A metodologia é o conjunto de procedimentos empregados na realização deste estudo. Já a metodologia descritiva, busca identificar quais situações, eventos, atitudes ou opiniões estão manifestos em uma população, também busca descrever a distribuição de algum fenômeno na população. Para Gil (1994, pág. 45), a análise descritiva vai além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação.

2.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

O instrumento escolhido para a coleta de dados para esta pesquisa foi um questionário estruturado, exposto no apêndice A, composto de 20 perguntas fechadas, com o objetivo de extrair da população entrevistada como é a sua percepção em relação à incorporação dos

riscos socioambientais na análise de crédito e investigar se o Banco Lisa dissemina sua política de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental até os níveis operacionais.

Para Gil (1994),

pode-se definir questionário como a técnica de investigação que é composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentados por escrito às pessoas, tendo por objetivo conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc. (GIL, 1994).

O questionário foi elaborado com base na situação problemática, nos objetivos propostos e na revisão bibliográfica. O instrumento é composto de 8 perguntas sobre a Política de Sustentabilidade, no segundo bloco, 8 perguntas sobre crédito e risco socioambiental e por fim, 4 perguntas para melhor caracterizar o grupo de pessoas que participam da pesquisa.

2.3 A AMOSTRA DOS RESPONDENTES DO INSTRUMENTO DE PESQUISA

A pesquisa foi realizada no estado do Rio Grande do Sul, com funcionários do banco no âmbito de 23 agências do segmento varejo, definidas intencionalmente e por conveniência, ou seja, pela facilidade de acesso aos respondentes e pelo relacionamento da atividade laboral ao tema desta pesquisa. Os respondentes da pesquisa ocupavam desde o cargo de gerente geral até o nível operacional. Pretendia-se coletar, no mínimo, 100 questionários para compor a amostra e foram coletados 255 questionários válidos. Como foram enviados 450 questionários, a taxa de resposta foi satisfatória, atingindo 56,7%.

2.4 APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA

A pesquisa de campo foi aplicada durante os meses de setembro e outubro de 2010. O questionário foi aplicado diretamente no local de trabalho, sendo enviados 450 questionários por malote interno da empresa e não foi solicitada a identificação dos respondentes.

2.5 ANÁLISE DOS DADOS

Para analisar os dados obtidos a partir dos questionários decidiu-se pela utilização de técnicas de análise estatísticas (questões fechadas) e a compilação dos dados foi realizada em planilha eletrônica, para organização e contabilização estatística das respostas e apresentação em forma de gráficos e tabelas. Com base nesses dados e na revisão bibliográfica da literatura, no próximo capítulo será realizada uma análise, a fim de elucidar mais o tema proposto e apresentar um panorama geral sobre o entendimento do tema ambiental pelo público interno do Banco Lisa.

3 RESULTADOS

Neste capítulo, serão apresentados os resultados encontrados na pesquisa de campo, bem como a análise e interpretação estatística dos dados resultantes da pesquisa. Assim, espera-se conhecer melhor e demonstrar a percepção do público interno do Banco Lisa com relação à Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental e o alinhamento dos critérios socioambientais ao processo de análise de crédito da empresa.

Este capítulo apresenta a caracterização dos respondentes e do ambiente de trabalho, a identificação dos riscos ambientais que pautam a análise de crédito, os resultados encontrados quanto à compreensão da política ambiental e o entendimento quanto ao alinhamento dos critérios socioambientais no processo de análise de crédito.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE E DA POPULAÇÃO-ALVO DA PESQUISA

3.1.1 O Banco Lisa S.A.

Empresa de economia mista e maior instituição financeira do Brasil com R\$ 756 bilhões de ativos, lucro líquido de R\$ 5.076 milhões (2010/1). Atuante também no exterior com um saldo das captações comerciais no valor de US\$ 21,3 bilhões. Conta com 45.442 terminais de auto-atendimento e 4.923 agências, atendendo a 3.867 municípios.

É um dos principais agentes do desenvolvimento econômico e social do país, participante do Sistema Financeiro Nacional – SFN, desempenhando as funções de intermediação financeira e de agente especial da política do Governo Federal. Possui no saldo da carteira de crédito o valor R\$ 300,8 bilhões com índice de inadimplência de 3,3% em operações acima de 90 dias e índice de eficiência em 40,7%⁷. A pedido do banco, a fim de resguardar a identidade da instituição financeira, neste estudo, foi utilizado o nome fictício Banco Lisa S.A.

⁷ Dados coletados no site da instituição financeira em 26/10/2010 às 15:00 horas.

3.1.2 As agências do Banco Lisa S.A.

A segmentação de atendimento aparece como ferramenta estratégica e busca um relacionamento estreito com os clientes e consiste na divisão de mercados em grupos que possuem características semelhantes. A organização segmentou seus clientes em três pilares: Varejo, Atacado e Governo. As agências varejo do Banco Lisa, atendem clientes pessoa física com rendimentos até 1 milhão de reais e pessoas jurídicas com faturamento até 25 milhões de reais ao ano. As agências possuem em média 20 funcionários. Os negócios realizados são pagamentos, recebimentos, financiamentos e empréstimos e o gerenciamento dos clientes se dá em grupos, com atendimento massificado, por meio dos Gerentes de Módulo da Unidade e Supervisores, com apoio do Assistente de Negócios e Escriturários. Cada agência possui um Gerente Geral da Unidade, como primeiro responsável pela coordenação e supervisão das atividades.

3.1.3 A população-alvo da pesquisa

Os funcionários do Banco Lisa, ingressaram na empresa através de concurso e por isso, tendem a passar grande parte de sua vida profissional na empresa, dados divulgados no site da instituição, na aba relações com investidores, informam que no segundo trimestre de 2010 a estratificação por idade era de 56,7% dos funcionários com idade entre 26 e 45 anos. E do total de funcionários, em torno de 25,4% ativos, tem mais de 20 anos de atuação na empresa.

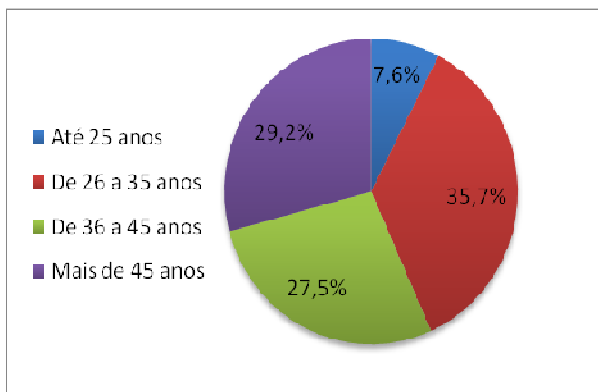


Gráfico 1: Composição do Quadro de Funcionários por Idade

Fonte: Banco Lisa

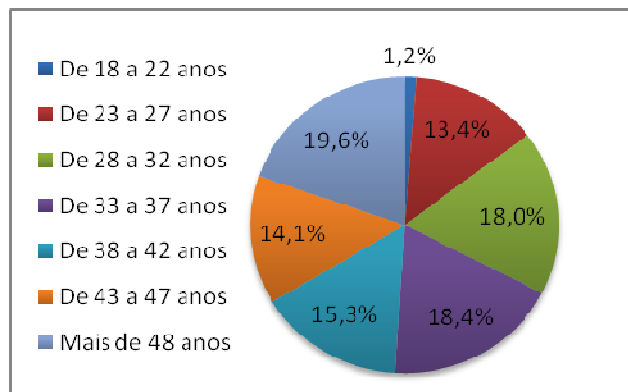


Gráfico 2: Composição do Quadro de Funcionários participantes da pesquisa por Idade

Nos Gráficos 1 e 2, acima, têm-se uma relação dos dados divulgados pela empresa e os dados encontrados na pesquisa. Tais comparações nos permitem caracterizar melhor a amostra de respondentes. Também como fator de análise, pesquisou-se o tempo de empresa de cada respondente, como pode ser visto no Gráfico 4, abaixo. Ao lado tem-se informações extraídas da empresa, no Gráfico 3.

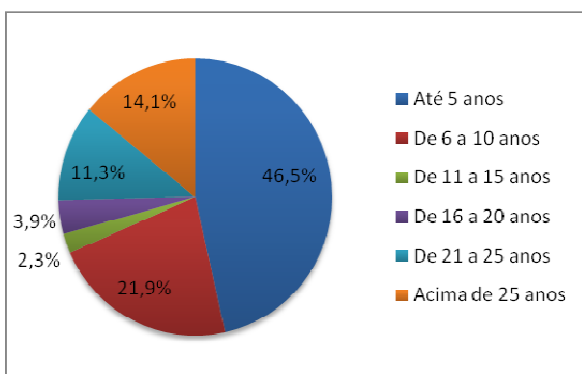


Gráfico 3: Composição do Quadro de Funcionários por Tempo de Banco

Fonte: Dados da empresa

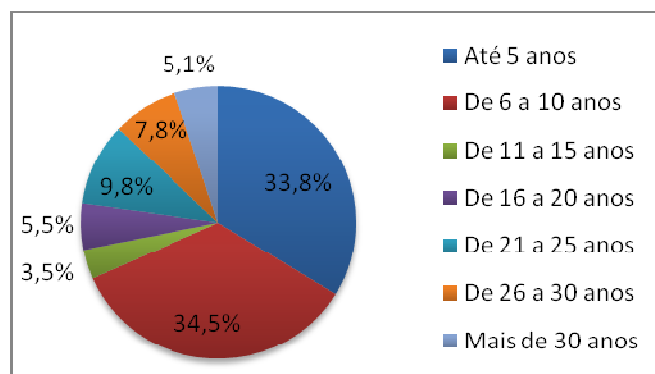


Gráfico 4: Composição do Quadro de Funcionários participantes da pesquisa por Tempo de Banco

A escala de idades e tempo de serviço não é a mesma, porém os dados apresentam um aumento na entrada de jovens com até 27 anos e mais de 50% do quadro de funcionários pesquisados tem até 10 anos de trabalho na organização. Julga-se que a empresa está sofrendo uma “renovação” no seu quadro de pessoal. Para Nascimento *et al* (2008, p. 102 e 104), já

citado na revisão bibliográfica, os *stakeholders*, e depende-se que está relacionado também o público interno, são capazes de influenciar ou são influenciados pelos resultados estratégicos e, portanto, é importante conhecer, avaliar e considerar seus interesses na implementação da gestão socioambiental estratégica.

Nascimento *et al* (2008) e Donaire (2009), afirmam que as organizações são sistemas abertos, que se inter-relacionam com o meio, desta forma, a organização em estudo deve estar atenta na condução da sua gestão, pois a entrada de pessoas novas na empresa pode influenciar positivamente ou negativamente o sistema aberto e dinâmico que forma a rotina empresarial, depende da forma como essas diferentes percepções são tratadas dentro do plano estratégico.

A seguir será correlacionado o tempo de serviço na instituição financeira Banco Lisa, com as percepções extraídas do público-alvo, para saber se a percepção daqueles funcionários com mais tempo na empresa é diferente, daqueles com menos tempo de atuação na empresa.

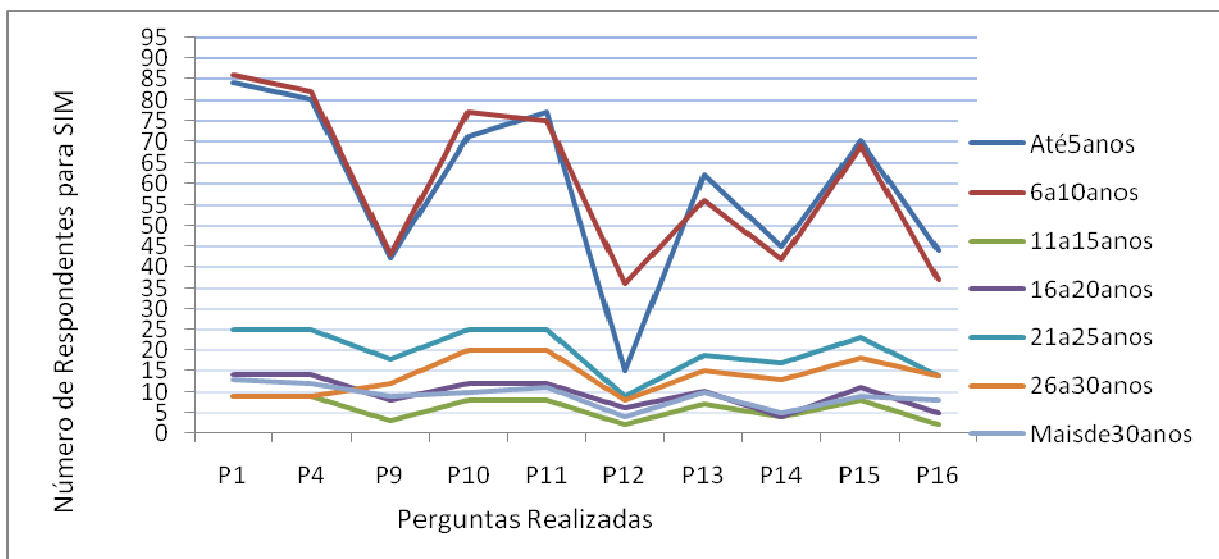


Gráfico 5: Relação do tempo de empresa com a resposta SIM nas perguntas sobre a percepção da responsabilidade socioambiental

No Gráfico 5, acima, avaliou-se somente o posicionamento positivo, através da resposta SIM, para 10 perguntas, expostas na íntegra no apêndice A e que buscavam avaliar a percepção dos respondentes sobre as variáveis: nível de importância da sustentabilidade dentro dos bancos (P1); compromissos socioambientais (P4); dimensão e comprometimento socioambiental da empresa estudada (P9); obrigatoriedade da prestação de contas da

responsabilidade socioambiental dos tomares de crédito (P10 e P11); inclusão das prerrogativas socioambientais na metodologia de análise de crédito (P12); dimensão do risco ambiental (P13); extensão do modelo de análise do financiamento para empréstimos (P14); incorporação do risco socioambiental (P15) e incorporação da sustentabilidade (P16).

Para essa comparação foi utilizado o gráfico de linhas, ele normalmente é usado para exibir dados contínuos ao longo do tempo. Mas neste caso, procurou-se utilizá-lo para demonstrar a mesma inclinação das linhas, que demonstram o tempo de serviço, em relação às perguntas sobre o tema em estudo. Indicando assim, que não há muita discrepância entre a percepção dos funcionários mais antigos daqueles, com menos tempo de trabalho na empresa.

Nos subcapítulos a seguir, serão detalhadas as percepções encontradas, especialmente na pergunta número 12 que apresentou um desnivelamento nos respondentes com até 5 anos de empresa.

Ainda, dentro da caracterização dos respondentes a pesquisa coletou dados à cerca do gênero e do cargo, as informações estão demonstradas nos Gráficos 6 e 7, abaixo.

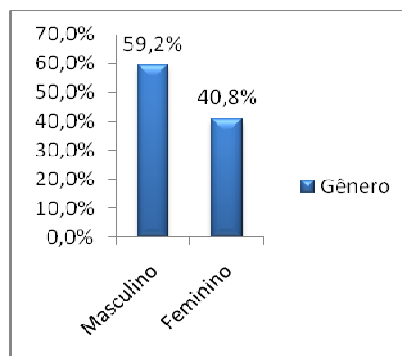


Gráfico 6: Composição do Quadro de Funcionários por Gênero

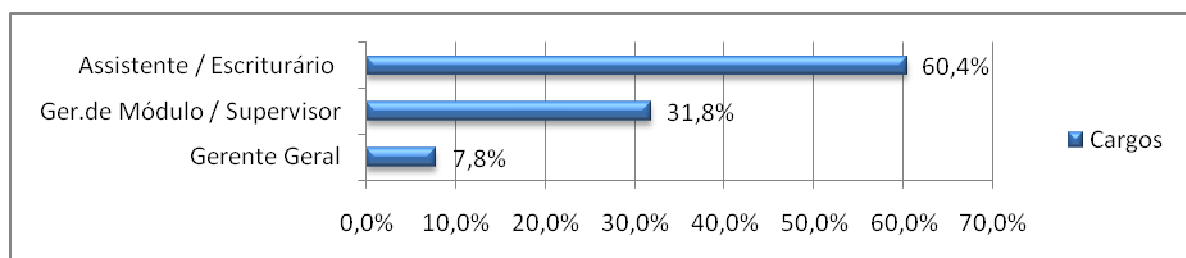


Gráfico 7: Composição do Quadro de Funcionários por Cargos

Também foi possível determinar o cargo dos respondentes em relação ao gênero, como está exposto na Tabela 2, abaixo. Assim, podemos perceber um maior número de mulheres nos cargos de assistente e escriturário, que são os cargos operacionais. A empresa possui um plano de carreira e ascensão, mas os números da pesquisa apontam uma iniquidade de gênero, principalmente nos cargos gerenciais no nível da agência do segmento varejo, onde a pesquisa foi realizada.

Tabela 2: Distribuição dos Cargos por Gênero dos Funcionários Pesquisados

Cargo	Gênero	
	Feminino	Masculino
Gerente Geral da Unidade	15%	85%
Gerente de Módulo / Supervisor	34,6%	65,4%
Assistente / Escriturário	47,4%	52,6%

Dentro dos preceitos da Responsabilidade Social, a organização deverá desenvolver critérios de seleção que contemplem a equidade de gênero. Salienta-se que ser responsável sob o aspecto socioambiental, é ter incluídas no planejamento estratégico e nas políticas operacionais, às variáveis sociais e ambientais, ações efetivamente justas socialmente e ambientalmente responsáveis, nos seus relacionamentos internos (funcionários, administradores, sócios) e externos (comunidade, fornecedores, consumidores). Em 2004, o Banco Lisa lançou a sua Agenda 21 Empresarial⁸, baseada nos conteúdos da Agenda 21 Global e da Agenda 21 Brasileira, que segundo Nascimento *et al* (2008, p. 75) não restringem as ações à preservação ambiental, mas inclui o desenvolvimento sustentável e ampliado, agregando crescimento econômico, equidade social e preservação ambiental.

3.2 A PERCEPÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Nesta etapa, buscou-se investigar se o Banco Lisa dissemina sua Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental até os níveis operacionais, através de

⁸ Disponível em: <http://www.bb.com.br/docs/pub/sitesp/sustentabilidade/dwn/Agenda21.pdf>

perguntas fechadas para os funcionários entrevistados, sobre as suas percepções quanto à política ambiental da instituição.

3.2.1 A importância da questão socioambiental

Com relação à importância do Banco Lisa desenvolver ações voltadas à questão socioambiental, 98% dos respondentes declaram considerar importante, mas quando perguntados se conhecem a Política de Sustentabilidade do Banco Lisa, somente 62% afirmam conhecer, 36,5% afirmaram não conhecer e 1,6% são indiferentes a questão. E ainda, foi perguntado se concordavam com as práticas de responsabilidade socioambiental definidas pela política, apenas 5,9% afirmaram não concordarem.

Nos Gráficos 8 e 9, abaixo, procurou-se estratificar esse público em relação ao tempo de atuação na empresa e também os cargos, para delinear a percepção encontrada através dos funcionários com relação aos propósitos sustentáveis do Banco Lisa.

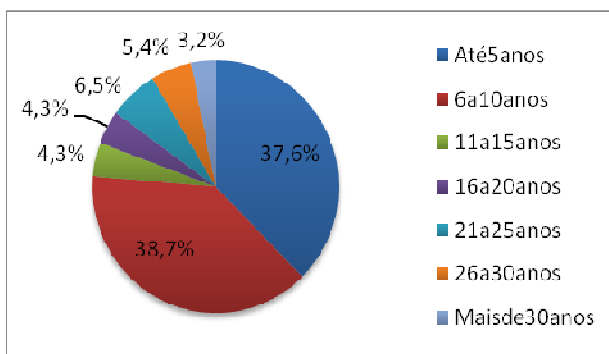


Gráfico 8: Estratificação de funcionários que não conhecem a Política de Sustentabilidade por tempo de serviço

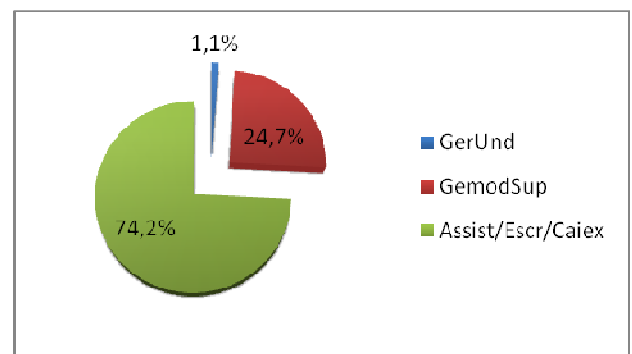


Gráfico 9: Estratificação de funcionários que não conhecem a Política de Sustentabilidade por cargo exercido

As informações levam a conclusão de que os funcionários com até 10 anos de empresa, na sua maioria são ocupantes de cargos operacionais e não conhecem a política sustentável da empresa. De acordo com Purnomo, Mendoza *et al* (2005) *apud* Lyra (2010), já citados no Capítulo 1, *stakeholders* diferentes tendem a ter visões divergentes sobre a gestão da sustentabilidade. Essas diferenças de percepções merecem mais atenção da empresa para estabelecer uma melhor comunicação entre os diversos grupos que compõem a organização.

A Política de Sustentabilidade deve estabelecer um roteiro para a orientação ambiental, na pesquisa 62% dos respondentes declararam conhecer a política sustentável. Dentro desse grupo, novamente, procurou-se identificar os cargos e então detalhar melhor esse grupo que se posicionou positivamente.

Na Tabela 3 abaixo, tem-se os dados proporcionais ao cargo, ou seja, 95% dos ocupantes do cargo de gerente geral da unidade conhecem a política e 90% concordam com as práticas socioambientais. Ainda em relação aos respondentes por cargo, os gerentes (gerente geral e gerentes de módulo/supervisores) apresentaram um percentual maior. Infere-se que os conceitos sobre sustentabilidade, que devem ser melhores disseminados na empresa através da política ambiental, pois se percebe uma redução do percentual de respostas positivas, quando analisamos os cargos operativos (assistente e escriturário). Diante disto, sugere-se que o Banco Lisa revise os conteúdos dos treinamentos internos para que contemplem mais em profundidade os princípios da sustentabilidade, para os funcionários das agências do segmento varejo.

Tabela 3: Detalhamento por Cargo das respostas nas perguntas 2 e 3.

Perguntas	Gerente Geral	Gerente Mód. / Supervisor	Assistente / Escriturário
P 2. Você conhece a Política de Sustentabilidade do Banco Lisa?	95%	70,4%	53,2%
P 3. Se você respondeu sim a pergunta anterior. Você concorda com as práticas de responsabilidade socioambiental definidas pela Política de Sustentabilidade do Banco Lisa?	90%	66,7%	48,1%

Para extrair a percepção do público-alvo da pesquisa, ainda foi perguntado se o respondente considerava importante a manifestação dos compromissos socioambientais do Banco Lisa em suas estratégias corporativas. Confirmando o posicionamento anterior, 94,5% afirmam que é importante. Mas a pergunta seguinte era sobre o interesse em conhecer o balanço socioambiental publicado anualmente pelo Banco Lisa, para identificar também o interesse para tais informações. Os resultados indicam que 67,1% têm interesse, 16,1% e 16,9%, responderam não tem interesse e indiferente, respectivamente. O percentual de respondentes que não tem interesse ou é indiferente, novamente é composto somente por componentes da gerência média (gerentes de módulo e supervisores), assistentes e escriturários. Já no quadro de gerente geral da unidade, 85% afirmam ter interesse em

conhecer o balanço socioambiental da organização. Nestes resultados, infere-se não haver uma maior disponibilidade dos funcionários, ocupantes dos cargos operacionais, de conhecer as ações socioambientais praticadas pela organização e descritas no balanço socioambiental.

Ainda, entende-se que os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental que sedimentam a gestão ambiental, através dos instrumentos da política e do balanço socioambiental não são incentivados pela organização ou a mesma, não oferece mecanismos para a gestão do conhecimento em sustentabilidade e a extensão dessas informações aos cargos mais periféricos da agência do segmento varejo. Pois, segundo Tachizawa (2007), as empresas necessitam dispor de funcionários capacitados e habilitados. Dos gestores, requer-se cada vez mais desenvoltura para conciliar demandas ambientais com as finalidades econômicas.

De acordo, com os resultados da pesquisa, foi possível dimensionar o interesse dos funcionários para realizar algum curso auto-instrucional relacionado à responsabilidade socioambiental e sustentabilidade, oferecidos pela universidade corporativa da instituição financeira em estudo. Do total de respondentes, 68,6% responderam não ter realizado nenhum curso sobre o tema e novamente tem-se a informação por cargo, destes, 70,3% são ocupantes dos cargos operacionais de assistente de negócios e escriturário. Alcançar eficiência operacional, com responsabilidade socioambiental, requer das empresas o desenvolvimento do capital humano e a disponibilidade de funcionários habilitados e capacitados. Neste cenário, é preciso viabilizar o negócio possibilitando ganhos financeiros e socioambientais.

Dentro da instituição financeira em estudo o tema da sustentabilidade há muito tempo é discutido, foi pioneira no Brasil a implantar grupos de discussão e a fazer parte dos acordos Protocolo Verde e Princípios do Equador, já citados anteriormente. Atualmente a instituição já possui um sistema de gestão ambiental implantado. Diante disso, uma organização que tem a sustentabilidade incorporada na sua gestão, também incorpora nas suas estratégias corporativas os interesses dos *stakeholders* (grupos de interesses). A pesquisa, também quis saber se o funcionário percebia a atuação do Banco Lisa na condução de projetos de cunho ambiental junto à comunidade e/ou parceiros com quem o banco se relaciona na comunidade local. A pergunta na íntegra está exposta no apêndice A e os resultados estão expostos no Gráfico 10, a seguir:

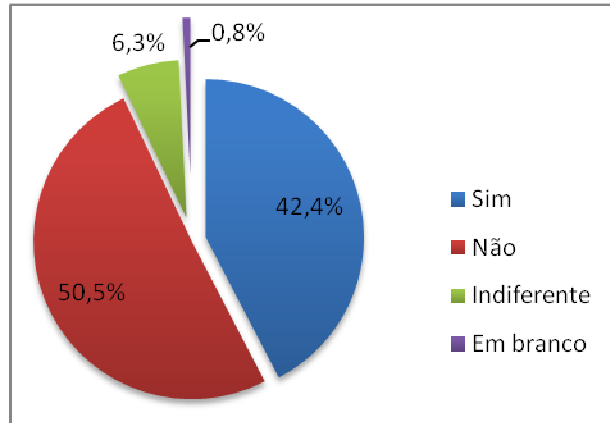


Gráfico 10: Percepção dos funcionários pesquisados, da atuação do Banco Lisa na condução de projetos de cunho ambiental junto à comunidade e/ou parceiros com quem o banco se relaciona na comunidade local

A responsabilidade comunitária está entre as recomendações da *Environmental Bankers Association* – EBA, citada no Capítulo 1 deste estudo, como uma categoria importante para atuação socioambiental dos bancos, pois os benefícios coletivos serão maiores do que os ganhos individuais ou localizados em detrimento do meio ambiente. Conforme Thame (2007), citado neste estudo, os bancos são agentes de transformação e devem estar conscientes que se a economia local ou global não estiver reestruturada e sadia, o progresso econômico não se sustentará.

A sustentabilidade deverá guiar todas as decisões nas organizações e, sobretudo as instituições financeiras, que tem um importante canal de geração de impacto no meio ambiente e nas comunidades de atuação, as atividades de financiamento, devem estar atentas para a implantação e desenvolvimento de programas socioambientais, voltados ao relacionamento com os clientes e que buscam induzi-los a boas práticas sociais e ambientais. Logo, a pesquisa inquiriu se o respondente achava suficiente o número de atividades já desenvolvidas pelo Banco Lisa. Novamente, as respostas estão expostas, na forma de gráfico, para uma melhor visualização.

No Gráfico 11 abaixo, são expostos os dados obtidos na pergunta número 8. Para esta interrogação houve uma abstenção de 3,5% e 12,2% dos respondentes, são indiferentes à questão proposta. Isso demonstra que não há uma unicidade para a sensibilização ambiental, ou seja, uma parte dos funcionários não expressou sua ideia e outra não possui um posicionamento quanto à importância da empresa praticar ações socioambientais na comunidade em que vivem.

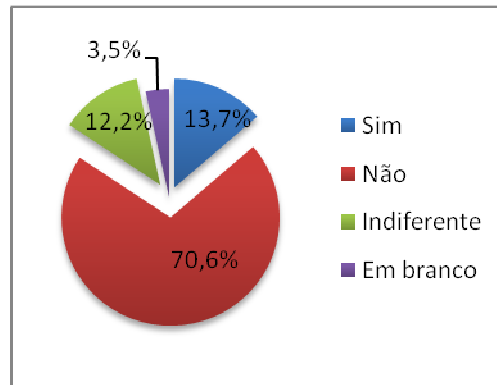


Gráfico 11: Posicionamento quanto a suficiência das práticas socioambientais

Além do exposto acima e de acordo com o estudo da revisão da literatura, depreende-se que o Banco Lisa precisa aprimorar a abordagem das questões socioambientais no relacionamento com clientes e consumidores, aperfeiçoando os canais de relacionamento com a comunidade, promovendo maior interação entre as suas ações e as necessidades locais, para dessa forma disseminar a responsabilidade socioambiental junto à comunidade.

3.3 A PERCEPÇÃO DOS RISCOS AMBIENTAIS NA ANÁLISE DE CRÉDITO

A preocupação das instituições financeiras com as questões ambientais ocorreu inicialmente como forma de evitar a responsabilização legal por danos ambientais produzidos por bens que eram recebidos como garantia de empréstimos (AGENDA 21 EMPRESARIAL BANCO LISA, 2004).

A adoção de critérios socioambientais na concessão de crédito, ainda pode ser vista por algumas instituições financeiras como uma desvantagem competitiva, pois o processo de caracterização do perfil do cliente pode ser visto pelo mesmo, como burocrático e lento. Outras instituições, não vêem com clareza o tamanho das vantagens que um tomador de crédito terá ao adotar práticas socioambientais responsáveis.

Conforme os estudos expostos na revisão da literatura, a pesquisa procurou averiguar se funcionário percebia uma preocupação do Banco Lisa para considerar a dimensão e o comprometimento ambiental, na análise para concessão de crédito. O Gráfico 12 abaixo, demonstra que 41,2% dos respondentes não conseguem perceber a consideração das

dimensões ambientais no processo de análise de crédito. Pelos dados da pesquisa 52,9% dos respondentes sinalizaram compreender a incorporação dos riscos socioambientais nos processos internos da empresa, respondendo sim a pergunta 9, descrita no apêndice A.

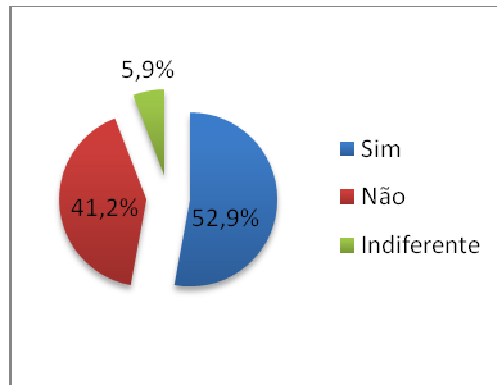


Gráfico 12: Nível de percepção da dimensão ambiental na análise de crédito

O elevado índice de respostas negativas (41,2%), demonstra que quase metade dos participantes da pesquisa, não conseguem perceber a incorporação dos riscos ambientais e sociais na análise de crédito, isso lança um alerta sobre a correlação com os riscos econômicos e financeiros, pois segundo Tosini (2006) e Thame (2010), eles interagem entre si e influenciam a posição dos clientes nos níveis de *scoring* e na atribuição das classes de *ratings*. Influenciando os processos internos, na estrutura de gerenciamento de risco de crédito da instituição e conseqüentemente alterando todos os parametros dos demais riscos que a instituição financeira está exposta.

No Gráfico 13 abaixo, tem-se uma distribuição das respostas para a questão 9, levando-se em consideração os cargos. Assim, 74,3% dos que responderam que não percebem a consideração das dimensões ambientais na concessão de crédito do Banco Lisa, são ocupantes dos cargos Assistente / Escrivão.

Já no Gráfico 14 também abaixo, observa-se uma distribuição por cargo das respostas afirmativas. Levando-se em conta que o número de assistentes e escrivãos é maior em relação aos demais cargos, infere-se que o processo de análise de crédito no Banco Lisa, não é explicitado até os níveis de assistente e escrivão. Expondo, dessa forma, a instituição a riscos indiretos e diretos, especialmente os riscos operacionais e legais.

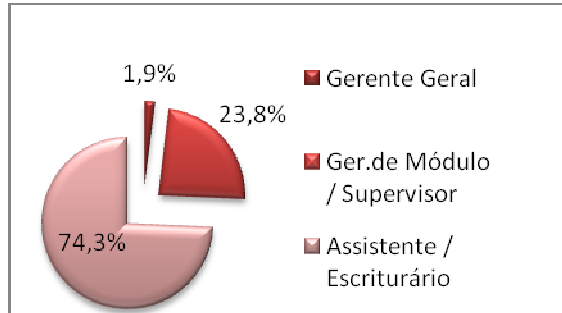


Gráfico 13: Nível da não percepção da dimensão ambiental na análise de crédito por cargo

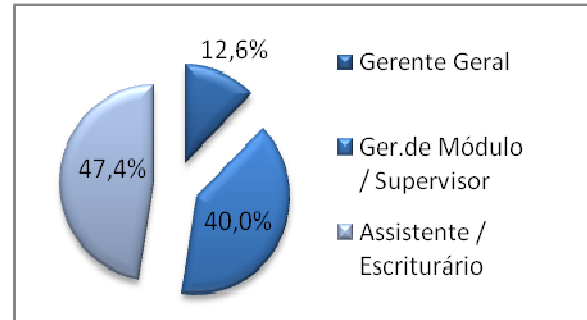


Gráfico 14: Nível da percepção da dimensão ambiental na análise de crédito por cargo

A empresa com práticas sociais e ambientais corretas têm, geralmente, risco de crédito menor e pode oferecer aos seus clientes, que também atendem a esses princípios, linhas de crédito mais competitivas, embora haja por parte das instituições financeiras dificuldades de reconhecer e quantificar essas vantagens para si e seus clientes. O fato da instituição financeira em estudo, conseguir verdadeiramente incorporar as dimensões socioambientais na avaliação de crédito poderá indiretamente, evitar que ela financie projetos com problemas ambientais.

3.3.1 A incorporação dos riscos socioambientais na análise de crédito

Recentemente, no Brasil houve a adesão dos bancos privados ao Protocolo Verde, que vincula a concessão de crédito ao atendimento de critérios socioambientais. Porém, o Protocolo Verde regula somente investimentos com recursos governamentais para obras de financiamento (linhas de crédito do governo), com a concessão de taxas, prazos e outras condições mais favoráveis a tomadores com responsabilidade socioambiental. Quando se tratam de empréstimos com recursos levantados na própria instituição os pontos do Protocolo Verde, não são considerados.

Por esse motivo, a pesquisa quis investigar quais são as apreensões dos pesquisados com relação à prestação de contas das práticas de responsabilidade socioambiental e sustentabilidade pelos tomadores de crédito para financiamentos (projetos de investimentos), através da pergunta número 10. E, na pergunta número 11 se são necessárias as licenças

ambientais e outras prerrogativas socioambientais solicitadas pela instituição financeira antes da liberação desses recursos.

O posicionamento dos respondentes com relação a estes dois tópicos foi confirmatório, ou seja, 87,5% e 89,4%, respectivamente, afirmam que é importante e necessária a prestação de contas das práticas de responsabilidade socioambiental e sustentabilidade pelos tomadores de crédito. Além, da apresentação das prerrogativas socioambientais (licenças ambientais, relatório de impactos ambientais e outros), e se existem passivos ambientais e os prováveis impactos que poderão gerar no meio ambiente. Para Tosini *et al* (2008), ao incluir os aspectos sociais e ambientais nos critérios para seleção dos seus clientes, os bancos além de todos os ganhos diretos, passam indiretamente a induzir empresas e pessoas a se dedicarem mais as suas políticas de RSA, estendendo o conceito da sustentabilidade por outros setores da sociedade.

No rol de perguntas do questionário, na interrogação número 12, foi inquirido se as exigências socioambientais feitas pelo banco para a liberação dos recursos de financiamento dificultam/atrapalham a liberação dos recursos. Apenas, 52,5% acham que essas exigências não atrapalham. Já, 31,4% dizem que essas exigências atrapalham a liberação dos recursos, 14,9% dizem que são indiferentes e 1,2% deixou em branco a questão.

Desmembrando o resultado daqueles que julgam que essas exigências atrapalham (31,4%), tem-se que destes, 43,2% são ocupantes do cargo de gerente de módulo / supervisor. Deste dado, infere-se que eles estão diretamente ligados ao processo operacional de cadastro do cliente, aprovação do crédito, cadastro da operação e finalização do processo com a aprovação da operação de financiamento.

No Gráfico 15, abaixo, expõe-se que com o aumento da escala do tempo de atividade na empresa, passa haver um maior equilíbrio no número de respondentes que acham que as exigências atrapalham e aqueles que acham que elas não atrapalham o processo de liberação do crédito. Esse comparativo demonstra que a percepção do funcionário passa a mudar com o passar dos anos na empresa, possivelmente influenciada pelo aumento das responsabilidades das decisões em decorrência da ascensão profissional. Estes dados demonstram que a empresa poderá aperfeiçoar a metodologia de incorporação dos riscos socioambientais na análise de crédito para financiamentos, pois se entende que os funcionários aqui pesquisados, estão na sua grande maioria conscientes da importância da incorporação dos riscos socioambientais na análise de crédito.

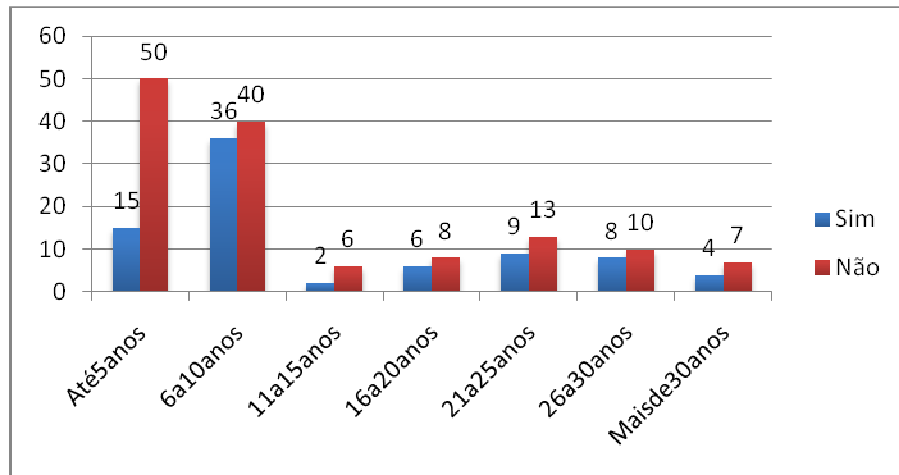


Gráfico 15: Percepção das dificuldades no processo de liberação do crédito por tempo de serviço

Os resultados apresentados acima são confirmados nos resultados das perguntas número 13 e 15, onde a pesquisa quis investigar sobre a incorporação das prerrogativas socioambientais. Perguntou-se sobre o crédito e o risco socioambiental, se na visão do respondente as prerrogativas socioambientais estavam presentes na análise de crédito só por causa do risco ambiental e se concordava que fosse atribuído um risco maior (isso reflete em taxas e condições menos favoráveis) para clientes que apresentassem aspectos ambientais e sociais negativos. Os resultados foram 70,2% e 81,6%, respectivamente, responderam SIM para as perguntas, confirmando o entendimento de que os funcionários estão conscientes das suas responsabilidades e da importância da incorporação dos riscos socioambientais na análise de crédito.

Na continuação, perguntou-se se o funcionário também concordava que a organização passasse a incluir a informação sobre o nível de responsabilidade socioambiental do cliente e do projeto nas súmulas de análise de risco e limite crédito, para empréstimos (pergunta número 14). O resultado foi que apenas 51% concordam. Infere-se que o funcionário ao responder essa questão, pode ter levado em consideração à dificuldade operacional diante da metodologia usada atualmente, remetendo para que haja um aperfeiçoamento do processo de inclusão dos riscos socioambientais na análise de crédito. Cita-se o financiamento na área de veículos, que são os maiores responsáveis pelo aumento de emissões nas cidades e a consideração dos riscos ambientais para essa categoria de financiamento, ainda é embrionária. Em outros países, já mais adiantados na consideração dos riscos socioambientais, a concessão de financiamento está vinculada à exigência da indústria automobilística para a fabricação de carros com melhor desempenho ambiental.

O risco de reputação, que também pode ser identificado como risco de imagem resulta de operações mal dimensionadas de financiamento de atividades ou de projetos ecologicamente incorretos. Ao emprestar dinheiro, o banco também é responsável pela maneira como ele é usado, assumindo a responsabilidade pelos impactos sociais e ambientais dos seus serviços financeiros, para as atuais e futuras gerações. Na questão número 16, a pesquisa inquiriu aos funcionários se eles percebiam essa preocupação dentro do Banco Lisa.

A estratificação das respostas está evidente no Gráfico 16, abaixo. Novamente, obtêm-se valores muito parecidos, em dois grandes grupos, daqueles que percebem a preocupação da instituição financeira para com as gerações futuras (48,6%), e outro grupo que não percebe esse cuidado no Banco em estudo (44,3%).

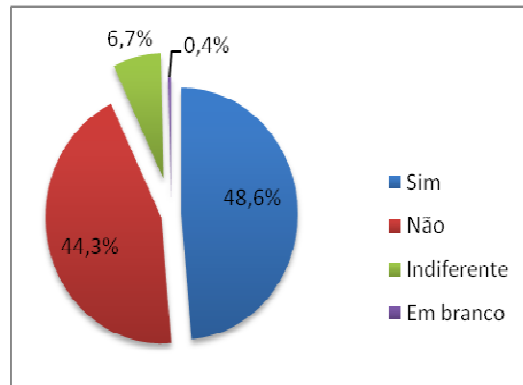


Gráfico 16: Percepção do risco de reputação

Procurou-se detalhar mais os resultados, para que seja possível identificar uma razão para tal achado. Na Tabela 4, abaixo, tem-se a percepção do risco de reputação estratificado por cargo e os dados indicam que há uma divisão na percepção, aliado novamente à posição ocupada (cargo) do funcionário respondente da enquete. O maior número de respostas positivas está entre os ocupantes do cargo de gerente geral da agência.

Tabela 4: Percepção do risco de reputação por cargo

Perfil da Resposta	Cargos		
	Gerente Geral	Gerente Mód / Superv.	Assistente / Escriturário
Sim (48,6%)	80%	56,8%	40,3%
Não (44,3%)	20%	38,3%	50,6%

O comparativo dos dados acima reforça um dos achados da pesquisa. O desenvolvimento sustentável que pretende melhorar a qualidade de vida das pessoas e preservar a natureza para as futuras gerações futuras, além do crescimento econômico está disseminado mais fortemente no nível gerencial das agências varejo do Banco Lisa. Com 80% dos ocupantes do cargo de gerente geral da unidade respondendo que percebem uma preocupação da instituição ao ser responsável pela forma que o dinheiro por ela emprestado é usado. E em contra partida os níveis operacionais, somente 40,3% dos respondentes reconhece essa responsabilidade dentro da instituição, demonstrando que cada vez mais é preciso integralizar o risco socioambiental nas análises de riscos e compartilhar esse conhecimento para o seu quadro funcional, criando-se um conhecimento corporativo para fortalecer a empresa diante de mercados cada vez competitivos e estreitos. Além, de a empresa formar cidadãos conscientes da importância da preservação do meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou delinear como é o entendimento do público interno do Banco Lisa, quanto à disseminação da política de responsabilidade socioambiental e a incorporação dos riscos socioambientais na análise de crédito daquela instituição financeira. Para demonstrar o comprometimento da empresa com as questões ambientais relevantes, buscou-se identificar quais os riscos sociais e ambientais que pautam a análise de crédito, o estudo identificou os riscos diretos, indiretos e reputacionais. Os riscos diretos derivam diretamente da atividade exercida pela organização, estão concentrados no consumo não consciente de energia, desperdício de água, na falta de controle na geração de resíduos pelo processo produtor e demais operações da sua atividade principal. Os riscos indiretos são àqueles decorrentes da atividade financeira, assim se os riscos socioambientais não estiverem devidamente dimensionados e considerados, poderão afetar o seu risco operacional, risco de crédito, risco de mercado e outros. Já os riscos reputacionais, são aqueles ligados a imagem da instituição percebida pelos *stakeholders* e derivam das ações ligadas ao desrespeito socioambiental de projetos financiados com seus recursos.

O estudo, aqui apresentado, também procurou investigar se a instituição financeira pesquisada dissemina sua política de RSA até os níveis operacionais e compreender qual a percepção do público interno com relação ao alinhamento dos critérios socioambientais ao processo de análise de crédito. Dentre o público pesquisado, identificou-se que 76,30% dos que não conhecem a política de RSA têm até dez anos de tempo de serviço na organização e 1,1% dos ocupantes do cargo de gerente geral da agência também declaram não conhecer a política de RSA. Os resultados apurados evidenciam que a empresa não pode apenas cumprir os requisitos legais, publicar dados como ações de *marketing* pouco responsável para compor uma imagem de empresa sustentável, é preciso coerência entre o discurso e a prática. Foi possível identificar que a empresa não consegue permear a sustentabilidade empresarial por toda organização. Além disso, verificou-se que não existe uma total conscientização e engajamento socioambiental dos funcionários, principalmente dos ocupantes de cargos operacionais. A pesquisa também identificou que a empresa possui um processo de crédito que leva em consideração os fatores socioambientais, mas somente para grandes investimentos e estes repassados com recursos governamentais. Nos processos de empréstimos em que há disponibilização de recursos próprios, não foi evidenciado a

incorporação dos riscos socioambientais e a utilização de ferramentas para o uso do crédito responsável.

A construção do processo de análise de risco socioambiental no crédito deverá passar por uma gestão baseada nas finanças sustentáveis, em que a companhia torna-se um canal de transformação, capaz de influenciar o entorno e aproveitar oportunidades. Nas instituições financeiras as estratégias socioambientais evoluem de forma mais lenta do que anuncia o *marketing* dos bancos. A inovação deve ser constante para que o movimento do desenvolvimento sustentável seja verdadeiramente possível e assim como Eduardo Galeano⁹ (1999), escreveu em “*El derecho al delirio*”, vamos imaginar um outro mundo possível onde a Santa Madre Igreja corrigirá um mandamento que Deus tinha esquecido «*Amarás a la naturaleza, de la que formas parte*»¹⁰.

Pesquisar o tema da incorporação dos riscos socioambientais pelas instituições financeiras, no Brasil, ainda é limitador, pois a literatura existente é na sua maioria estrangeira. Outra limitação do estudo refere-se ao tamanho da amostra, porque os resultados encontrados com base na amostra estudada, não são suficientemente válidos para inferir sobre a população inteira de funcionários da organização.

Como sugestão para pesquisas futuras, sugere-se fazer um estudo mais aprofundado para abordar outros paradigmas da incorporação dos aspectos socioambientais nas operações financeiras, que não apenas o entendimento do que o público interno percebe sobre risco socioambiental, mas quais os seus conhecimentos e atitudes diante da necessidade de tomar consciência do meio que os rodeia. Assim, este trabalho pretende trazer a tona para futuras discussões o tema da incorporação dos critérios sociais e ambientais em cada processo de tomada de decisão da gestão estratégica, em organizações do setor financeiro e outros setores da sociedade.

⁹ Eduardo Hughes Galeano, escritor uruguaio.

¹⁰ Amarás a natureza, porque dela faz parte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO, Claudia Rosa; NOHARA, Jouliana Jordan. **Monografia no curso de administração: guia completo de conteúdo e forma**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ALIMONDA, Héctor; LEÃO, Sandro. As Instituições Financeiras Federais e o Protocolo Verde. Relatório da pesquisa de avaliação. In: ALIMONDA, Héctor; PARREIRA, Clélia (org.). **As Instituições Financeiras Públicas e o Meio Ambiente no Brasil e na América Latina**. Brasília: Flacso-Brasil, Abaré, 2005. P. 19-78.

BANCO LISA. **Responsabilidade Socioambiental e Sustentabilidade nos Negócios**. Universidade Corporativa Banco Lisa. 2009a. Acesso em: 29 jul. 2010. Acesso restrito.

BANCO LISA. **Crédito e Risco Socioambiental**. Universidade Corporativa Banco Lisa. 2009b. Acesso em: 29 jul. 2010. Acesso restrito.

BANCO LISA. **Agenda 21 Empresarial Banco Lisa. 2004** Disponível em: <http://www.bb.com.br/docs/pub/sitesp/sustentabilidade/dwn/Agenda21.pdf>. Acesso em 26 out. 2010.

BANCO LISA. **Relações com Investidores**. Site Oficial. Acesso em 26 out. 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução 3.721/09 CMN/BACEN, de 04 de maio de 2009**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?N=109034287&method=detalharNormativo>. Acesso em 27 jul. 2010.

BANCO DA AMAZONIA. Consulta ao site. Disponível em <http://www.bancoamazonia.com.br/>. Acesso em 28 ago. 2010.

BANCO MUNDIAL. Consulta geral a homepage. Disponível em: http://www.obancomundial.org/index.php/content/view_document/18.html. Acesso em: 11 jan. 2010.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 21 jul. 2010.

CMMAD. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. Tradução Lucia Simonini. 2ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CRBio3 – **Revista do Conselho Regional de Biologia 3ª Região**. Disponível em: <http://www.crbio03.gov.br>. Acesso em 14 jan. 2010.

DONAIRE, Denis. **Gestão Ambiental na Empresa**. 2ª. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

ENVIRONMENTAL BANKERS ASSOCIATION (EBA). Your Financial Institution and the Environment. Disponível em: <http://www.envirobank.org/>. Acesso em: 28 out. 2010.

FAGGIONATO, Sandra. **Percepção ambiental.** 2010. Disponível em: http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt4.html. Acesso em 29 out 2010.

FENSTERSEIFER, Tiago. **A responsabilidade do estado pelos danos causados às pessoas atingidas pelos desastres ambientais ocasionados pelas mudanças climáticas: uma análise à luz dos deveres de proteção ambiental do Estado e da correspondente proibição de insuficiência na tutela do direito fundamental ao ambiente.** Disponível em: <http://www.planetaverde.org/artigos/arq044255290509.pdf>. Acesso em 28 fev. 2010.

GALEANO, Eduardo Hughes. *“El derecho al delírio”*. 1999. Disponível em : <http://www.patriagrande.net/uruguay/eduardo.galeano/patas.arriba/el.derecho.al.delirio.htm>. Acesso em: 02 nov. 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GRISCI, Carmen Lígia Iochins; BESSI, Vânia Gisele. **Modos de trabalhar e de ser na reestruturação bancária.** Revista de sociologia, Porto Alegre, Ano 6, nº 12, jul/dez, 2004.

JORION, Philleppe. Value at risk. In: TOSINI, Maria de Fátima Cavalcante. **Risco ambiental para as Instituições Financeiras Bancárias.** São Paulo: Annablume, 2006.

LEFF, E. (coord.); tradução de WOLFF, E. **A Complexidade Ambiental.** São Paulo, SP: Cortez, 2003. p. 17-23.

LYRA, Mariana Galvão. **Análise de Stakeholder e Processo de Sustentabilidade Empresarial: O Caso da Empresa Alfa.** Disponível em: http://www.ethos.org.br/_Uniethos/Documents/O%20Caso%20da%20Empresa%20Alfa.pdf. Acesso em: 30 out. 2010.

MACHADO, Luiz. **Percepção e inteligência.** 2007. Disponível em: http://www.cidadedocerebro.com.br/newsletter_percepcao_e_inteligencia.asp. Acesso em: 29 out 2010

MARQUES, Vania de Lourdes. **O sistema financeiro e os Princípios do Equador: ferramenta para a gestão socioambiental no Brasil?** Dissertação de mestrado em ciência ambiental – Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ: 2006. 166f.

MOTTA, Ronaldo Seroa da. **Economia Ambiental.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MATTAROZZI, Victório; TRUNKL, Cássio. **Sustentabilidade dos negócios no setor financeiro: um caso prático.** São Paulo: Annablume; Brasília: BNDES, 2007.

MATTAROZZI, Victório; TRUNKL, Cássio. **Sustentabilidade no setor financeiro: gerando valor e novos negócios.** São Paulo: Editora Senac, 2008.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Consulta geral a homepage. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br>. Acesso em: 28 fev. 2010.

MORIN, Edgar, **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. (Trad. Catarina Eleanora F. Silva e Jeanne Sawaya)^a 4. Edição, SP: Cortez, 2001.

NASCIMENTO, L. F.; LEMOS, A. D. da C.; MELLO, M. C. A. de. **Gestão Socioambiental Estratégica**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

ONU – Organização das Nações Unidas no Brasil. **PNUMA** – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.pnuma.org.br/>. Acesso em 23 fev. 2010.

PARREIRA, Clélia (org.); ALIMONDA, Héctor. **As Instituições Financeiras Públicas e o Meio Ambiente no Brasil e na América Latina**. Brasília: Flasco-Brasil, 2005.

PROTOCOLO VERDE – Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental. Termo de compromisso que entre si celebram: o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária; o Ministério da Fazenda; o Ministério do Planejamento e Orçamento; o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; o Banco Central do Brasil; o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; o Banco do Brasil AS; a Caixa Econômica Federal; o Banco do Nordeste do Brasil AS; e o Banco da Amazônia SA. Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/ProtocoloVerde.pdf>. Acesso em 23 fev. 2010.

REVISTA NEGÓCIO SUSTENTÁVEL. São Paulo: publicação bimestral da Ombrello Editora, edição 1, out 2008. Disponível em: http://www.revistanegociosustentavel.com.br/pdf/Outubro_2008.pdf. Acesso em: 29 out. 2010.

RIO+10: **BALANÇO de um fracasso anunciado**. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/016/16col_rattner.htm. Acesso em: 28 fev. 2010.

SERASA EXPERIAN – Revista Tecnologia de Crédito. Disponível em: <http://www.serasaexperian.com.br/serasaexperian/publicacoes/revista/>. Acesso em 05 jul. 2010.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, C. L. Desenvolvimento Sustentável. Um conceito Multidisciplinar. IN: SILVA, C.L.; MENDES, J. T. G. (Orgs). **Reflexões sobre desenvolvimento sustentável**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p.11-40.

SOUZA, Marcelo Pereira de. **Instrumentos de Gestão Ambiental: fundamentos e prática**. Editora Riani Costa. 2000.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focados na realidade Brasileira**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

THAME, F. M. Finanças Sustentáveis: Criação de Valor para o Negócio Bancário. In: **SERASA EXPERIAN - Revista Tecnologia de Crédito**. São Paulo: ed. 61, 2007. Disponível em: http://www.serasaexperian.com.br/serasaexperian/publicacoes/revista/2007/61/revista_0332.html. Acesso em 29 ago. 2010.

THAME, F. M. A Incorporação da Sustentabilidade nas Políticas de Crédito. In: **SERASA EXPERIAN - Revista Tecnologia de Crédito**. São Paulo: ed. 64, 2008a. Disponível em: <http://www.serasaexperian.com.br/serasaexperian/publicacoes/revista/>. Acesso em 27 jul. 2010.

THAME, F. M. Finanças sustentáveis acrescentam valores socioambientais ao processo de produção. In: **SERASA EXPERIAN - Revista Tecnologia de Crédito**. São Paulo: Ano XII ed. 67, 2008b. Disponível em: http://www.experian-da.com/resources/instant/experianpublications/Tec_Cred67_ALL.pdf. Acesso em: 31 jul. 2010.

THAME, F. M. Políticas de Crédito: Fator de Indução do Desenvolvimento Sustentável. In: **SERASA EXPERIAN - Revista Tecnologia de Crédito**. São Paulo: ed. 71, 2010. Disponível em: http://www.serasaexperian.com.br/serasaexperian/publicacoes/revista/2010/71/revista_0374.htm. Acesso em: 01 ago. 2010.

THOMPSON, P. **Assessing the environmental risk exposure of UK banks**. *International Journal of Bank Marketing*. 1998, 16/3, pp. 129-139.

TIGRE, Alexandre. **Análise da Percepção do Sistema de Gestão Ambiental no Prédio da Administração do Grupo Gerdau**. Trabalho de conclusão de Curso. Porto Alegre. 2009. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18138/000712630.pdf?sequence=1>. Acesso em: 29 out 2010.

TOSINI, Maria de Fátima Cavalcante. **Risco ambiental para as Instituições Financeiras Bancárias**. São Paulo: Annablume, 2006.

TOSINI, M. de F. C.; VENTURA, E.C.F.; CUOCO, L.G.A. **Políticas de Responsabilidade Socioambiental nos Bancos: indutoras do desenvolvimento sustentável?** *Revista da PGBC* – v. 2 – n. 2 – dez. 2008. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pgbcb/122008/revista_pgbc_vol2_n2_dez2008.pdf. Acesso em: 29 jul. 2010.

TOSINI, Maria de Fátima Cavalcante. Crédito para o desenvolvimento sustentável. IN: **Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro. Banco Central do Brasil**. Brasília - DF: Ano 5, nº 52, março de 2010. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/boletimrsa/BOLRSA201003.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2010.

UNEP_FI. *United Nations Environment Programme Finance Initiative*. Disponível em: <http://www.unepfi.org/>. Acesso em: 31 jul. 2010.

ZAMPERLINI, P.A. **Gestão de risco na atividade bancária: uma comparação do desenvolvimento da Caixa Econômica Federal em relação ao Sistema Financeiro Nacional, frente à Resolução CMN 2682/99**. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis. Vitória: FUCEPE, 2006, 134f.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS DO PÚBLICO INTERNO

Esta pesquisa compõe um Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, para obtenção do título de Bacharel em Administração de Empresas, pela UFRGS e tem o objetivo de compreender a incorporação dos riscos socioambientais na análise de crédito e como as pessoas percebem esse processo a luz da Responsabilidade Socioambiental e dos Princípios da Sustentabilidade.

I - Levantamento dos aspectos socioambientais na concessão de crédito. Assinale a opção correspondente a sua resposta.

	Política de Sustentabilidade	Sim	Não	Indiferente
1.	Você considera importante que o Banco Lisa crie ações e programas voltados à questão socioambiental?			
2.	Você conhece a Política de Sustentabilidade do Banco Lisa?			
3.	Se você respondeu sim a pergunta anterior. Você concorda com as práticas de responsabilidade socioambiental definidas pela Política de Sustentabilidade do Banco Lisa?			
4.	Você considera importante a manifestação dos compromissos socioambientais do Banco Lisa em suas estratégias corporativas?			
5.	Você tem interesse em conhecer o balanço social (e/ou ambiental) publicado anualmente pelo Banco Lisa?			
6.	Você já realizou algum curso relacionado à responsabilidade socioambiental e sustentabilidade, oferecidos através da Universidade Corporativa do Banco Lisa?			
7.	De acordo com as estratégias corporativas do Banco Lisa, os interesses dos <i>stakeholders</i> (grupos de interesses) são considerados. Dentre eles, a necessidade de preservação do capital natural (recursos naturais). Você, como funcionário, percebe a atuação do banco na condução de projetos de cunho ambiental junto à comunidade e/ou parceiros com quem o banco se relaciona na sua região?			
8.	Considerando as ações e programas socioambientais, desenvolvidos pelo Banco Lisa, voltados ao relacionamento com os clientes e que buscam induzi-los a boas práticas sociais e ambientais. Você acha suficiente o número de atividades existentes?			

	Crédito e Risco Socioambiental	Sim	Não	Indiferente
9.	Para concessão de crédito, o banco realiza a análise de crédito e risco. Você, como funcionário, percebe uma preocupação do Banco Lisa para considerar a dimensão e o comprometimento ambiental, nesta análise?			
10.	Para a liberação de crédito para financiamentos (projetos de investimento), você concorda que o cliente deve prestar contas das suas práticas de responsabilidade socioambiental e sustentabilidade?			
11.	Você acha necessária às exigências das prerrogativas socioambientais (licenças ambientais e outras), solicitadas pelo Banco Lisa antes da liberação dos recursos para operações de investimento?			
12.	Segundo a metodologia utilizada pelo Banco Lisa para a liberação dos recursos de financiamentos. Você considera que as exigências socioambientais feitas pelo banco atrapalham/dificultam a liberação dos recursos?			
13.	Ainda sobre as exigências socioambientais na análise de crédito. Você acredita que elas existem por causa do risco ambiental?			
14.	A informação sobre o nível de responsabilidade socioambiental do cliente e do projeto é incluída nas súmulas de análise de risco e limite crédito, para projetos de investimento. Você concorda que este modelo seja também utilizado para empréstimos?			
15.	Se o Banco Lisa passasse a analisar os critérios socioambientais para análise de crédito para empréstimos e o cliente apresentasse aspectos ambientais e sociais negativos. Você concorda que fosse atribuído um risco maior?			
16.	Ao emprestar dinheiro, o banco também é responsável pela maneira como ele é usado, assumindo a responsabilidade pelos impactos sociais e ambientais dos seus serviços financeiros, para as atuais e futuras gerações. Você percebe essa preocupação dentro do Banco Lisa?			

II - Concluindo, gostaríamos de fazer algumas perguntas para melhor caracterizar o grupo de pessoas que participam dessa pesquisa.

17.	Assinale o espaço correspondente ao seu gênero: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> feminino
18.	Assinale o intervalo correspondente a sua idade: <input type="checkbox"/> De 18 a 22 anos <input type="checkbox"/> De 23 a 27 anos <input type="checkbox"/> De 28 a 32 anos <input type="checkbox"/> De 33 a 37 anos <input type="checkbox"/> De 38 a 42 anos <input type="checkbox"/> De 43 a 47 anos <input type="checkbox"/> Mais de 48 anos

19.	Há quanto tempo você trabalha no Banco do Brasil? <input type="checkbox"/> Até 5 anos <input type="checkbox"/> De 6 a 10 anos <input type="checkbox"/> De 11 a 15 anos <input type="checkbox"/> De 16 a 20 anos <input type="checkbox"/> De 21 a 25 anos <input type="checkbox"/> De 26 a 30 anos <input type="checkbox"/> Mais de 30 anos
20.	Qual a atual categoria funcional a que você pertence? <input type="checkbox"/> Gerente Geral da Unidade <input type="checkbox"/> Gerente de Módulo / Supervisor <input type="checkbox"/> Analista <input type="checkbox"/> Assistente / Escriturário / Caixa

Este questionário será utilizado única e exclusivamente para fins acadêmicos.
Agradecemos a sua participação!